



Câmara Municipal de Almeida

Diagnóstico Social do Concelho de Almeida

REDE SOCIAL
ATUALIZAÇÃO

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL

MARÇO 2020

MUNICIPIO DE ALMEIDA

Projecto Co-financiado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO,
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(POEFDS)



SEGURANÇA SOCIAL



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
PARTE I – DADOS ESTATÍSTICOS	7
PARTE II – Problemáticas	20
CAPÍTULO 1 – Envelhecimento e despovoamento/dispersão geográfica	21
Análise Swot	29
CAPÍTULO 2 – Fraco envolvimento/participação na dinâmica sócio-cultural do Concelho	30
Vertente social - Falta de respostas sociais para grupos mais vulneráveis	
Análise Swot – Vertente social	34
CAPÍTULO 2 - Fraco envolvimento/participação na dinâmica sócio-cultural do Concelho	35
Vertente Cultural- Fraca participação e cooperação da comunidade nas iniciativas culturais no Concelho	
Análise Swot – Vertente cultural	38
CAPÍTULO 3 - Fraco dinamismo económico e insuficientes oportunidades de emprego	39
Análise Swot	45
CAPÍTULO 4 – Fraca adesão/envolvimento dos Jovens nas dinâmicas do Concelho	46
Análise Swot	52
CAPÍTULO 5 – Falta de informação da população em relação aos seus direitos de saúde e dificuldades na intervenção com portadores de doença mental.	53
Análise Swot	58
METODOLOGIA	59
BIBLIOGRAFIA	61
ANEXOS	

Diagnóstico Social do Concelho de Almeida

Índice de quadros

Quadro nº1 – Demografia	7
Quadro nº 2 – Evolução da População Residente no Concelho de Almeida por Freguesia	8
Quadro nº3 – População Residente no Concelho de Almeida por Freguesia e Faixa Etária	9
Quadro nº 4- Ação Social	10
Quadro nº4.1 – Instituições Particulares de Solidariedade Social e respectivas valências	11
Quadro nº4.2 – Equipamentos Sociais de Iniciativa Pública	12
Quadro nº5 – Educação	12
Quadro nº 4.1- Estabelecimentos de Ensino do Concelho de Almeida	13
Quadro nº6 – Emprego	14
Quadro nº6.1 –Desemprego no Concelho de Almeida	16
Quadro nº7 – Actividades Económicas	17
Quadro nº8 – Saúde	18
Quadro nº8.1 –Indicadores para Indicadores para a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Almeida	18
Quadro nº 8.2- Distribuição de utentes por médico	18
Quadro nº9 – Habitação	19
Quadro nº10 – Turismo	20
Quadro nº10.1 –Turismo (Cont.)	20
Quadro nº10.2 – Turismo (Cont.)	21
Quadro nº11 – Evolução da população residente na Beira Interior Norte, 2014-2017	34
Quadro nº12 – Censos Sénior 2019	35
Quadro nº13– Desemprego na Região Centro	41
Quadro nº 14 – Beneficiários do Subsídio de desemprego	48
Quadro nº15 – Estabelecimentos de ensino no Concelho de Almeida	52
Quadro nº16– Termas da Fonte Santa – Almeida	62

Índice de Gráficos

Gráfico nº1 – Nº de desempregados no Concelho de Almeida	33
--	----

Índice de Anexos

Lista de presenças no Workshop “Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV- 14/06/2019	
Resultados do Workshop “Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV – 14/06/2019	

INTRODUÇÃO

A crise vivenciada nos últimos anos anulou os progressos graduais recentes de crescimento económico e da criação de emprego, assim como acentuou a urgência de resposta aos desafios de longo prazo- globalização, pressão sobre os recursos, desemprego, envelhecimento da população, reconfiguração dos fenómenos de pobreza e exclusão social, entre outros. Como resposta a esta situação, no âmbito da Política de Coesão “Estratégia Europa 2020”, que representa a visão da economia social de mercado para a Europa do século XXI, foram definidas três prioridades: **crescimento inteligente**: desenvolver uma economia baseada no crescimento e na inovação; **crescimento sustentável**: promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva; **crescimento inclusivo**: favorecer uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão económica, social e territorial.

A meta definida pelo Conselho Europeu procura conjugar uma perspetiva territorial e englobar formas de exclusão que não se limitam apenas à distribuição de rendimento, pondo em evidência a multidimensionalidade do fenómeno da pobreza, incluindo: a falta de rendimento e de recursos materiais para viver com dignidade; o acesso inadequado a serviços básicos, como cuidados de saúde, habitação e educação e a exclusão do mercado de trabalho e fraca qualidade de trabalho.

Em 17 de novembro de 2017 foi proclamado o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, com a finalidade de servir de orientação para atingir resultados eficazes em matéria social e de emprego, que permitam dar uma resposta, aos desafios atuais e futuros e, satisfazer as necessidades essenciais da população, no sentido de garantir uma melhor adoção e aplicação dos direitos sociais.

O objetivo do Pilar Europeu dos Direitos Sociais é conferir aos cidadãos, novos direitos, mais eficazes. O mesmo documento baseia-se em 20 princípios fundamentais, estruturados em torno de três categorias: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; condições de trabalho justas e proteção e inclusão social.

O setor da economia social tem contribuído também para a coesão social, através do combate ao desemprego, à instabilidade laboral, bem como exclusão social entre os grupos mais vulneráveis, através do desenvolvimento de diversas atividades

No contexto nacional, marcado pela procura de novas formas de resposta pública aos problemas de pobreza e exclusão social, o Programa Rede Social, com uma

implementação de cerca de 20 anos, constitui assim, a maior estrutura participada de carácter social no país, uma vez que no âmbito da integração territorial de políticas (como órgão de desenvolvimento social local).

O Programa Rede Social, através do Conselho Local de Acção Social, assenta numa estratégia participada de planeamento, partindo de um trabalho planeado e realizado em parceria, por todos os agentes sociais que atuam localmente, numa atitude de criação de sinergias e, que evidenciam as potencialidades existentes, de modo a que constituam reais oportunidades para o desenvolvimento do Concelho de Almeida.

O presente documento representa uma atualização ao diagnóstico social elaborado em novembro de 2016. Importa referir que o diagnóstico social é “o primeiro instrumento de um bom plano, ao permitir uma compreensão da realidade social, que inclui a identificação das necessidades e problemas prioritários e respectivas causas, bem como dos recursos e das potencialidades locais”¹.

O diagnóstico social é uma ligação entre a investigação e a programação, tem a função de “dobradiça” entre uma e outra fase do processo metodológico. Sem investigação prévia, não pode haver diagnóstico minimamente sério e sem diagnóstico, não pode ser feita uma boa programação.

O diagnóstico comporta algo mais do que uma investigação. Num estudo acerca dos problemas sociais recolhem-se, sistematizam-se e relacionam-se, analisam-se e interpretam-se dados e informações acerca dos problemas. Num diagnóstico, é necessário compreender ainda, os problemas com vista à ação. Isto pressupõe ter que conhecer:

- Quais são os problemas (numa análise sincrónica e diacrónica dos mesmos), o porquê desses problemas em certa situação;
- Qual o contexto que condiciona a situação-problema estudada;
- Quais os recursos e meios disponíveis para resolver esses problemas;
- Quais os fatores mais significativos que influenciam, condicionam ou determinam a situação e os atores sociais envolvidos na mesma;
- Quais as tendências previsíveis num futuro, como se prevê que a situação pode evoluir, segundo várias opções de intervenção ou de não intervenção;

¹ - Programa Rede Social

- Que decisões há a tomar acerca das prioridades e estratégias de intervenção;
- Quais os fatores contingentes que condicionam a viabilidade e a eficácia de uma intervenção social.²

O diagnóstico deve estar aberto a novos dados e informação e a ajustamentos derivados de novas relações e interdependências que se estabelecem a partir dos dados disponíveis, ou de novos dados que se venham a obter. Esta visão de “instrumento aberto” ou de “ferramenta de trabalho inacabada”, que qualquer diagnóstico tem, conduz a uma reelaboração permanente do mesmo, enriquecendo por sua vez, através da relação entre trabalhador social e as pessoas com as quais para as quais trabalha, ainda mais se utilizarem métodos e técnicas de intervenção social participativas.

Assim sendo, é importante que, para a atualização do diagnóstico, sejam ouvidos os parceiros sociais de modo a que estes se possam rever nas problemáticas estabelecidas e, se motivem para a identificação e posterior participação nas soluções.

Atendendo a este pormenor, para a atualização desde diagnóstico foram convidados os parceiros sociais da Rede Social de Almeida, bem como outros agentes sociais locais, a estarem presentes no Workshop “Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV”, no dia 14 de junho de 2019, no Auditório Municipal de Almeida. Neste Workshop foram identificadas seis problemáticas, pela seguinte ordem: **1- Envelhecimento e despovoamento/dispersão geográfica; 2- Fraco envolvimento/participação na dinâmica sócio-cultural do Concelho, na vertente social - Falta de respostas sociais para grupos mais vulneráveis e Vertente cultural- Fraca participação e cooperação da comunidade nas iniciativas culturais no Concelho; 3- Fraco dinamismo económico e insuficientes oportunidades de emprego; 4º Fraca adesão/envolvimento dos Jovens nas dinâmicas do Concelho e 5º Desconhecimento dos direitos de saúde por parte da população e dificuldades na intervenção com portadores de doença mental.**

Em relação ao presente documento, a I Parte é constituída por uma síntese estatística relativamente aos principais indicadores, nomeadamente: demografia; ação social; educação; emprego; atividades económicas; saúde; habitação e turismo.

Na Parte II, o documento encontra-se estruturado em cinco capítulos mediante as problemáticas identificadas para o Concelho.

² - IDANÉZ, Maria José Aguilar e ANDER-EGG, Ezequiel, Diagnóstico Social, conceitos e metodologias, 3ª edição revista e ampliada, Penagráfica Artes Gráficas, Lda., Versão Portuguesa – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Porto, 2007

Em cada capítulo é apresentada a problemática, sendo depois desenvolvida, mediante os indicadores disponíveis e outros dados. Por fim é elaborada Análise Swot onde são registadas as forças, fraquezas, bem como as oportunidades e ameaças face a cada problemática, resultantes do trabalho dos vários grupos que integraram o Workshop “Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV”, no dia 14 de junho de 2019.

O objetivo da análise SWOT centra-se em, ordenar a informação em função de que, a mesma se refira mais às circunstâncias internas do grupo ou comunidade, tanto positivas (pontos fortes) como negativas (pontos fracos), ou às circunstâncias externas, sejam positivas (oportunidades) ou negativas (ameaças); e que essas circunstâncias constituam um risco ou um perigo à intervenção (pontos fracos, ameaças) ou sejam fatores de êxito para a mesma (pontos fortes, oportunidades).

As circunstâncias internas (pontos fracos e pontos fortes) correspondem a um autodiagnóstico do grupo ou comunidade. Trata-se do ponto de partidas e de uma constatação “de facto” de tudo com que verdadeiramente se conta ou se dispõe, seja positivo ou negativo.

As circunstâncias externas (ameaças e oportunidades) baseiam-se numa avaliação das condicionantes e situações contextuais que podem afetar, positivamente ou negativamente, os interesses do grupo e as possibilidades de intervenção, para enfrentar um problema ou necessidade. São factos ou acontecimentos que podem chegar a surgir, tendo atualmente um caráter hipotético, e assim, podem prever-se ações para evitar o que potencialmente não é desejável e estimular aquilo que parece desejável que aconteça³

³ IDANÉZ, Maria José Aguilar e ANDER-EGG, Ezequiel, Diagnóstico Social, conceitos e metodologias, 3ª edição revista e ampliada, Penagráfica Artes Gráficas, Lda., Versão Portuguesa – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Porto, 2007

PARTE I – DADOS ESTATÍSTICOS**Quadros Síntese – Principais indicadores por tema****Quadro nº 1 – Demografia**

Ano	Demografia	Concelho de Almeida	Beiras e Serra da Estrela	Região Centro
2018	População Total (n.º)	5 926	213 326	2 216 569
2018	Pop. Sexo Masculino (n.º)	2 736	100 568	1 049 038
2018	Pop. Sexo Feminino (n.º)	3 190	112 758	1 167 531
2018	Pop. 0-14 anos (n.º)	351	21 745	270 525
2018	Pop. 15-24 anos (n.º)	490	19 555	228 111
2018	Pop. 25-64 anos (n.º)	2 932	110 419	1 178 960
2018	Pop. 65 e mais anos (n.º)	2 153	61 607	538 973
2018	Pop. 75 e mais anos (n.º)	1 271	33 870	278 355
2018	Índice de Envelhecimento (%)	598,9	275,8	194,0
2018	Índice de Dependência de Idosos (n.º)	62,9	47,4	38,3
2018	Índice de Longevidade	59,0	55,0	51,6
2018	Taxa bruta de Natalidade (%)	3,2	6,0	7,2
2018	Taxa bruta de Mortalidade (%)	24,5	15,8	12,8
2018	Taxa de Fecundidade Geral (%)	18,0	31,6	33,8
2018	Taxa bruta de Nupcialidade (%)	2,0	2,6	3,3
2018	Nados-vivos (n.º)	19	1 272	15 926
2018	Taxa bruta de Divórcio (%)	0,7	1,7	1,9
2018	Densidade Populacional (hab./km ²)	11,4	33,8	78,6
2018	Taxa de Crescimento Efetivo (%)	-0,13	-0,35	-0,11
2018	Taxa de Crescimento Migratório (%)	-0,11	-0,32	-0,02
2018	Óbitos (n.º)	147	3 391	28 473
2018	Pop. Estrangeira com estatuto de residente (n.º)	77	3 710	61 893

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Centro 2018

Quadro nº 2 – Evolução da População Residente no Concelho de Almeida por Freguesia

Freguesia	Ano 1991	Ano 2001	Var.%1991-2001	Ano 2011	Var.% 2001-2011
Ade	130	98	-24,62	73	-25,51
Aldeia Nova	68	53	-22,06	33	-37,74
Almeida	1536	1491	-2,93	1314	-11,87
Amoreira	193	185	-4,15	178	-3,78
Azinhãl	117	82	-29,91	63	-23,17
Cabreira	98	77	-21,43	91	18,18
Castelo Bom	193	181	-6,22	216	19,34
Castelo Mendo	168	134	-20,24	87	-35,07
Freineda	314	269	-14,33	238	-11,83
Freixo	244	217	-11,07	182	-16,13
Junça	200	162	-19	124	-23,46
Leomil	230	134	-41,74	104	-22,39
Malhada Sorda	446	364	-18,39	334	-8,24
Malpartida	229	206	-10,04	172	-16,5
Mesquitela	80	58	-27,5	45	-22,41
Mido	83	59	-28,92	46	-22,03
Miuzela	515	432	-16,12	368	-14,81
Monteperobolso	112	79	-29,46	61	-22,78
Nave de Haver	639	504	-21,13	358	-28,97
Naves	145	101	-30,34	68	-32,67
Parada	231	158	-31,6	114	-27,85
Peva	187	140	-25,13	168	20
Porto de Ovelha	123	83	-32,52	47	-43,37
S. Pedro Rio Seco	284	202	-28,87	181	-10,89
Senouras	91	57	-37,36	38	-33,33
Vale da Coelha	74	48	-35,14	43	-10,42
Vale da Mula	308	237	-23,05	182	-2,36
Valverde	169	131	-22,49	95	-29,01
Vilar Formoso	2833	2481	-12,42	2219	-10,56
Total	10040	8423	-16,11	7242	-14,02

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População e Censos 2011 - Resultados Definitivos

Quadro nº 3 –População Residente no Concelho de Almeida por Freguesia e Faixa Etária

Freguesia	Ano 2011	Faixa etária			
		0-14	15-24	25-64	65 e mais anos
Ade	73	1	2	36	34
Aldeia Nova	33	2	1	7	23
Almeida	1314	117	126	696	375
Amoreira	178	10	16	81	71
Azinhão	63	6	4	25	28
Cabreira	91	3	6	50	32
Castelo Bom	216	14	17	71	114
Castelo Mendo	87	5	6	28	48
Freineda	238	10	23	86	119
Freixo	182	29	15	84	54
Junça	124	9	10	61	44
Leomil	104	3	5	30	66
Malhada Sorda	334	23	19	129	163
Malpartida	172	15	8	76	73
Mesquitela	45	6	2	22	15
Mido	46	0	2	11	33
Miuzela	368	32	34	164	138
Monteperobolso	61	0	5	28	28
Nave de Haver	358	17	10	121	210
Naves	68	2	4	31	31
Parada	114	3	6	55	50
Peva	168	4	15	51	98
Porto de Ovelha	47	0	1	14	32
S. Pedro Rio Seco	181	17	15	67	82
Senouras	38	0	2	11	25
Vale da Coelha	43	5	2	22	14
Vale da Mula	182	11	12	93	66
Valverde	95	2	6	36	51
Vilar Formoso	2219	246	212	1205	556
Total	7242	592	586	3391	2673

Fonte: Censos 2011- Resultados Definitivos

Quadro nº4- Ação Social

Ano	Ação Social	Concelho de Almeida	Beiras e Serra da Estrela	Região Centro
2018	Pensionistas face à Pop. Total (n.º)	2 478	83 005	724 496
2018	Pensionista por Invalidez (n.º)	101	4 604	48 819
2018	Pensionista por Velhice (n.º)	1 725	57 648	497 129
2018	Pensionista por Sobrevivência (n.º)	652	20 753	178 548
2017	Pensões pagas pela Segurança Social (em milhares de €)	9 240	343 304	3 418 927
2018	Beneficiários de Sub. de Desemprego (n.º)	124	5 698	65 409
2018	Indivíduos do sexo Masculino Beneficiários de Sub. Desemprego (n.º)	59	2 521	27 512
2018	Indivíduos do sexo Feminino Beneficiários de Sub. Desemprego (n.º)	65	3 177	37 897
2018	Novos Beneficiários de sexo Masculino de sub. Desemprego (%)	23	1 158	13 241
2018	Novos Beneficiários de sexo Feminino de sub. Desemprego (%)	39	1 434	17 583
2018	Beneficiários de Sub. Desemprego com menos de 25 anos (n.º)	3	185	3 227
2018	Beneficiários de Sub. Desemp. 25-29 anos	8	581	6 855
2018	Beneficiários de Sub. Desemp. 30-39 anos	29	1 289	15 843
2018	Beneficiários de Sub. Desemp. 40-49 anos	15	1 286	16 211
2018	Beneficiários de Sub. Desemp. 50-54 anos	16	695	7 196
2018	Beneficiários de Sub. Desemp. 55 e mais anos	53	1 662	16 077
2018	Beneficiários de RSI (n.º)	116	6 394	42 493
2018	Beneficiários de sexo Masculino de RSI (n.º)	69	3 311	21 422
2018	Beneficiários de sexo Feminino de RSI (n.º)	47	3 083	21 071
2018	Beneficiários de RSI com menos de 25 anos (n.º)	46	2 698	16 789
2018	Beneficiários de RSI 25-39 anos (n.º)	21	1 082	6 836
2018	Beneficiários de RSI 40-54 anos (n.º)	20	1 525	10 437
2018	Beneficiários de RSI 55 e mais anos (n.º)	46	1 214	9 048
2018	Abono de família para crianças e jovens (n.º)	304	14 308	152 208
2018	Sub. por assistência de 3ª. pessoa (n.º)	5	216	2 121
2018	Sub. de funeral (n.º)	4	175	2 202

Fonte: INE- Anuário Estatístico da Região Centro – 2018

Quadro nº 4.1 – Instituições Particulares de solidariedade Social e respectivas valências

Instituição	Valências	Telefone
Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Ade	Centro de Dia e Apoio Domiciliário	271580273
Associação Desportiva, Cultural e Social de A.S.Sebastião	E.R.P.I., Centro de Dia e Apoio domiciliário	271513808, 271511064
Santa Casa da Misericórdia de Almeida	E.R.P.I., Apoio Domiciliário, Creche, Jardim de Infância	271574493 271574852
ASTA – Associação Sócio-Terapêutica de Almeida	CAO, Lar de Apoio e Lar Residencial	271581562
Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa de Amoreira	Apoio domiciliário e CATL	271949060
Comissão de Melhoramentos de Freineda	E.R.P.I., Centro de Dia e Apoio Domiciliário	271511329
Associação Desportiva e Social de Leomil	Centro de Dia e Apoio Domiciliário	271448663
Centro de Bem Estar Social de Malhada Sorda	E.R.P.I. e Centro de Dia	271566138
Associação para o Desenvolvimento Acção Social de Malpartida	E.R.P.I., Centro de Dia e Apoio Domiciliário	271571100
Associação Desportiva, Cultural e Social de Mido	Centro de Dia	271511000
Centro Social, Cultural e Desportivo Miuzelense	Centro de Dia e Apoio Domiciliário	271580180
Associação Social, Cultural e Recreativa de Monteperobolso	Centro de Dia	271581581
Centro de Bem Estar das Naves	Centro de Dia	2715111060
Centro Social Paroquial de St. António de Nave de Haver	E.R.P.I.	271555345/185
Associação dos Amigos de Peva	E.R.P.I., Centro de Dia e Apoio Domiciliário	271448528
Centro Social do Rio Seco	E.R.P.I., Centro de Dia e Apoio Domiciliário	271513369
Associação Recreativa e Social Valdamulense	Centro de Dia e Apoio Domiciliário	271571152
Centro de Acolhimento e Integração Social de Vilar Formoso	E.R.P.I., Centro de Dia e Apoio Domiciliário, Creche	271511479 271512465
Centro Lúdico, Cultural e Social de Vilar Formoso	C.A.T.L.; extensão horário, atividades de interrupção letiva e clássico	271513098

Fonte: Câmara Municipal de Almeida, 2020

Quadro nº4.2 – Equipamentos Sociais de Iniciativa Pública

Valências	Localidade	Telefone
Jardim de Infância	Vilar Formoso	927403858
Jardim de Infância	Almeida	926794734

Fonte: Câmara Municipal de Almeida, 2020

Quadro nº 5 – Educação

Ano	Educação	Concelho de Almeida	Beiras e Serra da Estrela	Região Centro
2017/2018	Taxa bruta de Pré-escolarização (%)	121,2	96,7	97,1
2017/2018	Taxa bruta de Escolarização – Ensino Básico (%)	150,0	111,3	108,2
2017/2018	Taxa bruta de Escolarização – Ensino Secundário (%)	103,0	122,1	120,8
2017/2018	Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico – 1º Ciclo (%)	3,1	3,3	2,5
2017/2018	Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico – 2º Ciclo (%)	11,1	7,4	4,0
2017/2018	Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico – 3º Ciclo (%)	8,6	8,7	6,8
2017/2018	Alunos matriculados Educação Pré-Escolar (n.º)	80	3 824	47 615
2017/2018	Alunos matriculados 1º Ciclo (n.º)	127	6 291	77 006
2017/2018	Alunos matriculados 2º Ciclo (n.º)	72	3 677	42 802
2017/2018	Alunos matriculados 3º Ciclo (n.º)	143	6 240	73 245
2017/2018	Alunos matriculados no Ensino Secundário (n.º)	136	7 176	83 191
2017/2018	Pessoal docente Educação Pré-Escolar Público (n.º)	7	247	3 313
2017/2018	Pessoal docente Educação Pré-Escolar Privado (n.º)	0	132	1 212
2017/2018	Pessoal docente 1º Ciclo (n.º)	14	598	6 080
2017/2018	Pessoal docente 2º Ciclo (n.º)	12	478	4 809
2017/2018	Pessoal docente 3º Ciclo e Ensino Secundário (n.º)	57	1 570	15 720
2017/2018	Pessoal não docente de Ensino não Superior (n.º)	59	1 950	16 744
2017/2018	Média de Alunos Matriculados por computador (n.º)	2,0	3,5	4,2
2017/2018	Média de Alunos matriculados por comp. com ligação à Internet (n.º)	2,0	3,7	4,5

Fonte: INE- Censos 2011 e Anuário Estatístico da Região Centro (2017 e 2018)

Quadro nº 5.1 – Estabelecimentos de Ensino do Concelho de Almeida

Educação (cont.)	Ano letivo 2019/2020
Agrupamento de Escolas	1
Estabelecimentos de Pré-Escolar Públicos (nº)	2
Escolas do 1º CEB (nº)	3
Estabelecimentos Públicos 2,3 CEB+s (nº)	2
Estabelecimentos Privados Jardim de infância	2

Fonte: Câmara Municipal de Almeida, 2020

Quadro nº6 – Emprego

Ano	Emprego	Concelho de Almeida	Beiras e Serra da Estrela	Região Centro
2018	Trabalhadores por conta de outrem (n.º)	757	35 202	443 912
2018	Trabalhadores por conta de outrem segundo sexo masculino (n.º)	313	17 888	242 819
2018	Trabalhadores por conta de outrem segundo o sexo feminino (n.º)	444	17 314	201 093
2018	Trabalhadores por conta de outrem segundo o setor de atividade – primário (n.º)	23	1 048	11 447
2018	Trabalhadores por conta de outrem segundo o setor de atividade – secundário (n.º)	83	11 051	173 994
2018	Trabalhadores por conta de outrem segundo o setor de atividade – terciário (n.º)	651	23 103	258 471
2018	Trabalhadores por conta de outrem segundo o escalão de pessoal da empresa entre 1-9 (n.º)	288	10 070	104 787
2018	Trabalhadores por conta de outrem segundo o escalão de pessoal da empresa entre 10-19 (n.º)	119	4 528	53 921
2018	Trabalhadores por conta de outrem segundo o escalão de pessoal da empresa entre 20-49 (n.º)	249	5 936	12 458
2018	Trabalhadores por conta de outrem segundo o escalão de pessoal da empresa entre 50-99 (n.º)	63	3 674	8 748
2018	Trabalhadores por conta de outrem segundo o escalão de pessoal da empresa entre 100- 249 (n.º)	3	3 349	8 438
2018	Trabalhadores por conta de outrem segundo o escalão de pessoal da empresa entre 250- 499 (n.º)	0	2 849	4 504

Diagnóstico Social do Concelho de Almeida

2018	Trabalhadores por conta de outrem com habilitações literárias inferiores ao nível do 1º CEB (n.º)	---	134	1 751
2018	Trabalhadores por conta de outrem com habilitações literárias ao nível do 1º CEB (n.º)	97	4 748	47 613
2018	Trabalhadores por conta de outrem com habilitações literárias ao nível do 2º CEB (n.º)	117	5 040	66 299
2018	Trabalhadores por conta de outrem com habilitações literárias ao nível do 3º CEB (n.º)	285	10 005	126 371
2018	Trabalhadores por conta de outrem com habilitações literárias ao nível do Ensino Secundário (n.º)	171	8 991	124 080
2018	Trabalhadores por conta de outrem com habilitações literárias ao nível de Bacharelato (n.º)	---	689	7 355
2018	Trabalhadores por conta de outrem com habilitações literárias ao nível de Licenciatura (n.º)	71	5 017	61 272
2018	Trabalhadores por conta de outrem com habilitações literárias ao nível de Mestrado (n.º)	---	516	7 801
2018	Trabalhadores por conta de outrem com habilitações literárias ao nível de Doutoramento (n.º)	0	23	628
2018	Trabalhadores por conta de outrem com Profissão Representantes do Poder Legislativo e de Órgãos Executivos, Dirigentes, Diretores e Gestores Executivos (n.º)	29	1 380	18 187
2018	Trabalhadores por conta de outrem com Profissão Especialistas das Atividades Intelectuais e Científicas (n.º)	44	3 599	39 248
2018	Trabalhadores por conta de outrem com Profissão Técnicos Profissionais de nível Intermédio (n.º)	44	2 942	43 889
2018	Trabalhadores por conta de outrem com Profissão Pessoal Administrativo (n.º)	59	3 490	53 023
2018	Trabalhadores por conta de outrem com Profissão Trab. Serviços Pessoais, Proteção e Seg. e Vendedores (n.º)	305	8 642	88 064
2018	Trabalhadores por conta de outrem com Profissão Agricultores e Trab. Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta (n.º)	18	564	6 977
2018	Trabalhadores por conta de outrem com Profissão Trab. Qualificados da Indústria, Construção e artífices (n.º)	46	4 710	76 144
2018	Trabalhadores por conta de outrem com Profissão Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem (n.º)	98	5 077	63 214
2018	Trabalhadores por conta de outrem com Profissão Trabalhadores não Qualificados (n.º)	114	4 783	54 862

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2018

Quadro nº 6.1 – Desemprego no Concelho de Almeida

Ano	Emprego	Almeida
2019	Total de Desempregados Inscritos no IEFP (n.º)	140
2019	Desempregados do sexo Feminino (n.º)	68
2019	Desempregados do sexo Masculino (n.º)	72
2019	Desempregados Inscritos à menos de 1 ano (n.º)	60
2019	Desempregados Inscritos à 1 ou mais anos (n.º)	80
2019	À procura de novo Emprego (n.º)	113
2019	À procura do 1º Emprego (n.º)	27
2019	Desempregados com menos de 25 anos de idade (n.º)	16
2019	Desempregados no grupo etário de 25-34 anos de idade (n.º)	38
2019	Desempregados no grupo etário de 35-54 anos de idade (n.º)	36
2019	Desempregados com mais de 55 anos de idade (n.º)	50
2019	Desempregados com habilitações literárias inferiores ao 1º CEB (n.º)	8
2019	Desempregados com habilitações literárias ao nível do 1º CEB (n.º)	42
2019	Desempregados com habilitações literárias ao nível do 2º CEB (n.º)	17
2019	Desempregados com habilitações literárias ao nível do 3º CEB (n.º)	27
2019	Desempregados com habilitações literárias ao nível do Ensino Secundário (n.º)	27
2019	Desempregados com habilitações literárias ao nível do Ensino Superior (n.º)	19
2019	Desempregados do sexo Feminino Inscritos (n.º)	9
2019	Desempregados do sexo Masculino Inscritos (n.º)	1
2019	Indivíduos Colocados do sexo Feminino (n.º)	2
2019	Indivíduos Colocados do sexo Masculino (n.º)	3
2019	Inscritos por Ex-inativo (n.º)	2
2019	Inscritos por Despedimento (n.º)	1
2019	Inscritos por Despedimento Voluntário (n.º)	0
2019	Inscritos por fim de trabalho não permanente (n.º)	6
2019	Inscritos por fim de trabalho por conta própria (n.º)	0
2019	Inscritos por outros motivos (n.º)	17

Fonte: www.iefp.pt – Estatísticas por Concelho, dados do mês de outubro de 2019

Quadro nº7- Atividades económicas

Ano	Atividades Económicas	Concelho de Almeida	Beiras e Serra da Estrela	Região Centro
2017	Densidade de Empresas (n.º/km ²)	1,3	3,9	9,3
2017	Proporção de Empresas Individuais (%)	80,41	74,22	70,68
2017	Proporção de Empresas com menos de 250 pessoas ao serviço (%)	100,0	99,9	99,9
2017	Proporção de Empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	99,0	97,4	96,5
2017	Pessoal ao Serviço por Empresa (n.º)	1,6	2,3	2,7
2017	Empresas Sedeadas	684	24 352	261 971
2017	Empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	677	23 731	252 717
2017	Empresas com 10-49 pessoas ao serviço	7	536	7 943
2017	Empresas com 50-249 pessoas ao serviço	0	71	1 168
2017	Empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço	0	71	143
2018	Volume de Negócios por empresa (milhares €)	72,5	138,4	236,8
2016	Exportações (milhares €) Comércio intra-UE e Comércio extra-UE	2 741	517 059	10 632 969
2016	Importações (milhares €) Comércio intra-UE e Comércio extra-UE	1 207	407 489	9 217 409

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2017 e INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2018

Quadro nº8 - Saúde

Quadro n.º 8. 1 – Indicadores para a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Almeida

Indicadores	Totais	Frequentador	Não Frequentador
Utentes Inscritos	7 053	6 830	223
Com Médico de Família	6 499	6 499	0
Sem Médico de Família	394	172	222
Sem Médico por opção	160	159	1
Nascimentos (2019)		26	
Utentes com perturbação mental		150	

Fonte: Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Almeida - USCP (2020)

Quadro n.º 8. 2 – Distribuição de Utentes por Médico

Indicadores	N.º
Médicos da UCSP de Almeida e Extensão de Saúde de Vilar Formoso	5
Utentes por Médico de Família (Júlia Gouveia)	1 055
Utentes por Médico de Família (Armanda Caldeira)	1 285
Utentes por Médico de Família (Manuel Cura)	1 409
Utentes por Médico de Família (Francisco Novoa)	1 472
Utentes por Médico de Família (Luís Gajate)	1 278

Fonte: Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Almeida - USCP (2020)

Quadro n.º 8.5 – Saúde (cont.)

Ano	Saúde	Concelho de Almeida	Beiras e Serra da Estrela	Região Centro
2017-2018	Médicos/1 000 hab. (n.º)	2,5	3,5	4,9
2017-2018	Enfermeiros/1 000 hab. (n.º)	----	----	7,2
2017-2018	Farmácias e Postos Farmacêuticos / 1 000 hab. (n.)	0,3	0,5	0,4
2017-2018	Taxa de mortalidade por doenças do ap. circulatório (%)	8,2	4,1	3,6
2017-2018	Taxa de mortalidade por tumores malignos	5,2	3,4	2,9

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, 2018

Quadro n.º9– Habitação

Ano	Habitação	Concelho de Almeida	Beiras e Serra da Estrela	Região Centro
2018	Fogos concluídos em construções novas para Habitação Familiar com Entidade Promotora – Empresa Privada (n.º)	0	6	161
2018	Fogos concluídos em construções novas para Habitação Familiar com Entidade Promotora – Pessoa singular	1	59	932
2018	Fogos concluídos em construções novas para Habitação Familiar com Entidade Promotora – Outras entidades	2	131	1 979
2018	Edifícios concluídos (n.º)	13	366	3 905
2018	Edifícios concluídos para Habitação Familiar (n.º)	8	211	2 615

Diagnóstico Social do Concelho de Almeida

2018	Fogos concluídos em construções novas segundo tipologia T0 ou T1 (n.º)	0	13	339
2018	Fogos concluídos em construções novas segundo tipologia T2 (n.º)	2	49	647
2018	Fogos concluídos em construções novas segundo tipologia T3 (n.º)	1	104	1 544
2018	Fogos concluídos em construções novas segundo tipologia T4 ou mais (n.º)	0	30	530
2018	Edifícios concluídos em construções novas para Habitação Familiar – Apartamentos (n.º)	0	10	178
2018	Edifícios concluídos em construções novas para Habitação Familiar – Moradias (n.º)	3	125	1 876
2018	Edifícios ampliados, alterados e reconstruídos para Habitação Familiar (n.º)	5	76	561

Fonte: INE- Anuário Estatístico da Região Centro e Anuário Estatístico da Região Centro 2018

Quadro nº10-Turismo

Ano	Turismo	Concelho de Almeida
2018	Fluxo Turístico (n.º)	99 425
2018	Turistas Estrangeiros que passaram pelo Posto de Turismo de Almeida (n.º)	50 661
2018	Turistas Portugueses que passaram pelo Posto de Turismo de Almeida (n.º)	48 764
2018	Representatividade de Portugueses que passaram pelo Posto de Turismo de Almeida (%)	51 %
2018	Representatividade dos turistas estrangeiros no Fluxo Turístico (%)	49 %
2018	Representatividade dos turistas de Nacionalidade Espanhola relativamente à totalidade de turistas estrangeiros (%)	86 %

Fonte: Turismo Municipal da Câmara Municipal de Almeida, 2019

Quadro nº 10.1 – Turismo (cont.)

Ano	Turismo	Concelho de Almeida	Beiras e Serra da Estrela	Região Centro
2018	Estabelecimentos Hoteleiros (nº)	8	177	1 175
2018	Hotelaria (nº)	2	37	377
2018	Alojamento Local (nº)	4	48	457
2018	Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação	2	92	341
2018	Capacidade de Alojamento Hoteleiro	---	4 077	41 936
2018	Capacidade de Alojamento Local	196	1 595	13 161
2018	Capacidade de Alojamento – Espaço Rural e Turismo de Habitação	---	1 725	5 549
2018	Estada média de hóspedes estrangeiros (n.º noites)	1,1	1,7	1,9
2018	Capacidade de Alojamento / 1 000 hab. (n.º)	56,7	34,4	27,3
2018	Proporção de hóspedes de países estrangeiros (%)	25,9	16,6	40,3
2018	Hóspedes / hab. (n.º)	3,1	2,3	1,8
2018	Dormidas em Estabelecimento Turístico / 100 hab. (n.º)	337,5	354,8	304,8
2018	Proporção de dormidas entre julho – setembro (%)	32,8	31,2	37,7

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2018

PARTE II – PROBLEMÁTICAS

A partir do Workshop “Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV” realizado no dia 14 de junho de 2019, no Auditório Municipal de Almeida, foram identificadas as cinco problemáticas, que se apresentam de seguida, por ordem de prioridade atribuída pelos parceiros da Rede Social de Almeida.

1- Envelhecimento e despovoamento/dispersão; 2- Fraco envolvimento/participação na dinâmica sócio-cultural do Concelho, na vertente social - Falta de respostas sociais para grupos mais vulneráveis e Vertente cultural- Fraca participação e cooperação da comunidade nas iniciativas culturais no Concelho; 3- Fraco dinamismo económico e insuficientes oportunidades de emprego; 4º Fraca adesão/envolvimento dos Jovens nas dinâmicas do Concelho e 5º Desconhecimento dos direitos de saúde por parte da população e dificuldades na intervenção com portadores de doença mental.

Cada problemática constitui um capítulo do presente diagnóstico, onde são apresentados alguns dos problemas identificados pelos parceiros da Rede Social, bem como alguns indicadores justificativos destes problemas.

Neste sentido, vamos proceder à análise de cada problemática de uma forma global, através da identificação dos grupos mais afectados e as causas principais de cada problema. For fim, pretendemos sintetizar cada problemática através da análise Swot, onde identificamos as suas forças, fraquezas e também as oportunidades e ameaças.

Capítulo 1- Envelhecimento e despovoamento/dispersão geográfica

No Concelho de Almeida vários indicadores comprovam o acentuado envelhecimento, nomeadamente o índice de envelhecimento, que em 2014 era de 536,3%, tendo aumentado, em 2018 para 598,9%. A população com idade superior a 65 anos representava em 2018, face a um total de 5926 habitantes, uma percentagem de 57,78%, enquanto que a população com idade menor ou igual a 14 anos representava apenas 5,9%. Assim, o Concelho apresenta um índice de dependência de idosos de 62,9%.

O Concelho apresenta uma estrutura etária com um peso muito considerável de idosos e uma proporção muito reduzida de jovens, uma vez que numa população total de 5926 pessoas (ano de 2018), apenas 351 se situavam no escalão dos 0-14 anos; e 490 no dos 15-24 anos. Em contrapartida, a população no escalão 65 e mais anos era de 2153 pessoas e 75 e mais anos era de 1271 pessoas.

A faixa etária 25-64 anos apresentava uma população de 2932 pessoas, o que representava a população em idade ativa no Concelho.

Importa salientar que a taxa bruta de mortalidade em 2018 se situava em 24,5%, enquanto que, a taxa bruta de natalidade em 3,2%. A descida da taxa de natalidade e o aumento da taxa de mortalidade conduzem a taxas de crescimento natural negativas. Se esta tendência persistir, a substituição das gerações deixa de estar assegurada, dependendo o crescimento efetivo da população da capacidade de atrair população.

No que se refere à taxa de variação da população no Concelho apresentamos o quadro seguinte:

Quadro nº11 – Evolução da População Residente na Beira Interior Norte, 2014-2018

Ano/Concelho	Almeida	Celorico da Beira	Figueira de Castelo Rodrigo	Guarda	Manteigas	Meda	Pinhel	Sabugal	Trancoso
2014	6465	7321	5993	40574	3239	4868	9086	11687	9410
2018	5926	6978	5652	39103	3037	4617	8607	10748	8946
TX Var 2014-2018	-8,3%	-4,7%	-5,7%	-3,6%	-6,2%	-5,2%	-5,3%	-8,0%	-4,9%

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro- 2014, 2018

Entre os anos de 2014 e 2018, o Concelho de Almeida foi o que mais se distinguiu no decréscimo populacional, tendo-se verificado uma taxa de variação da população de -8,3%, logo a seguir o Concelho de Sabugal, com uma taxa de variação de -8,0% e Manteigas -6,2%.

A quebra da população reflete a descida dos níveis de fecundidade e aumento do envelhecimento da população, como resultado da saída de população ativa para os grandes centros urbanos do litoral e também para o estrangeiro à procura de melhores condições socioeconómicas. De referir que em 2018, o Concelho apresentava uma taxa de crescimento migratório com o valor de -0,11%, a qual pode ter contribuído para a redução, ainda que ligeira da população residente no Município.

Quando analisamos os valores da taxa de variação da população no Concelho de Almeida (de acordo com os Resultados Definitivos Censos 2011), entre os anos de 2001-2011 verificamos que as freguesias/localidades que apresentam uma taxa de variação de população com valor positivo, são Cabreira, Castelo Bom e Peva, uma vez que houve um aumento no número de habitantes, de 77 para 91, de 181 para 216 e de 140 para 168, respetivamente. De salientar que, não existiam dados estatísticos mais recentes em relação às freguesias/localidades do Concelho, pelo que temos que proceder à análise destes com base aos Censos existentes até ao momento.

O Concelho de Almeida apresentava, em 2018, uma densidade populacional de 11,4%, comparativamente com uma densidade populacional de 12,5% habitantes por km², em 2014. De referir também que a taxa de crescimento efetivo, apresentava em 2018, um valor de -0,13%, em relação a -2,49% em 2014.

A estrutura populacional do Concelho de Almeida é marcada pela forte concentração da população residente nos aglomerados de maior dimensão, essencialmente nas duas maiores freguesias do Concelho – Almeida e Vilar Formoso, localidades onde se concentram os serviços, restauração e estabelecimentos de comércio. Este facto traduz a dispersão geográfica e o isolamento das restantes freguesias e localidades do Concelho.

O isolamento é uma forma de exclusão social, sentida essencialmente pelas pessoas idosas. Este isolamento está relacionado com a saída da população mais jovem do Concelho, não apresentando assim um suporte presencial e regular ao idoso. As portagens existentes nas principais vias de acesso ao Concelho constituem um entrave para que estes jovens visitem com frequência os seus familiares.

Diagnóstico Social do Concelho de Almeida

De fazer referência aos Censos Sénior de 2019, os quais foram realizados pela Guarda Nacional Republicana, no Concelho de Almeida, onde foram sinalizados 455 idosos a residirem sozinhos, isolados e outras situações (idosos que vivem acompanhados, mas que foram identificados por possuírem idade avançada e/ou apesar de não se encontrarem sozinhos, residem com outra pessoa com outro tipo de limitações que a impedem de lhe prestar apoio), de acordo com o quadro nº14.

Quadro nº 12- Censos Sénior 2019

Freguesias	Isolado	Sozinho	Outros
Almeida		46	5
Castelo Bom		9	
Freineda	2	19	1
Freixo		13	
Malhada Sorda		29	
Nave de Haver		16	2
São Pedro de Rio Seco		17	4
União das freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira	2	20	7
União das freguesias de Azinhal, Peva e Valverde	2	19	
União das freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela	1	30	
União das freguesias de Junça e Naves		13	
União das freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova		34	2
União das freguesias de Malpartida e Vale de Coelha	1	16	
União das freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha		33	
Vale da Mula		17	1
Vilar Formoso	1	91	2
Total	9	422	24

Fonte: G.N.R. – Censos Sénior 2019

Assim, no ano de 2019, foram identificados 9 idosos em situação de isolamento, 422 a residir sozinhos e 24 em outras situações. Nas freguesias com mais população, verificou-se maior número de idosos a residir sozinhos, nomeadamente 91 em Vilar

Formoso e 46 em Almeida, seguidos de 34 na União de Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova e 33 na União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha.

Importa salientar a iniciativa promovida pela Câmara Municipal na Sede de Concelho, com o Recanto do Idoso Ativo (R.I.A.), com a manutenção de um espaço para o convívio dos idosos, com o objetivo de promover o fortalecimento das relações interpessoais e da autoestima dos idosos e tentar quebrar a solidão e o isolamento social. De assinalar que seria importante a replicação de iniciativas como esta, noutras localidades de modo a combater de forma Concelhia, a solidão e o isolamento social.

De referir também à modernização administrativa ocorrida, tal como no resto do país, em 2013, onde foram criadas Uniões de Freguesias constituídas por várias e anteriores freguesias, sendo que esta situação trouxe ainda maior preocupação nas localidades que teriam sido sede de freguesia.

Atualmente o Concelho de Almeida é constituído por 16 freguesias: Almeida; Castelo Bom; Freineda; Freixo; Malhada Sorda; Nave de Haver; S. Pedro do Rio Seco; Vale da Mula; Vilar Formoso; União das Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira; União das Freguesias de Azinhal, Peva e Valverde; União das Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela; União das Freguesias de Junça e Naves; União das Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova; União das Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha e União das Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha.

Contudo, é de assinalar a manutenção em cada União de Freguesias de um representante por cada localidade têm-se vindo a adotar estratégias de aproximação, através do atendimento deslocalizado a algumas destas localidades.

De salientar a prática da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira que possui uma carrinha para transporte e acompanhamento de Munícipes, por parte de uma funcionária todas as quintas-feiras, aos serviços a Almeida e Vilar Formoso no âmbito do que necessitam (Finanças, Município, Centro de Saúde, Farmácias, entre outros). A mesma funcionária presta auxílio também aos Munícipes na sede da União das Freguesias (Amoreira) todas as manhãs e nas segundas e quartas pela tarde na Cabreira e tardes de terça e sexta na Parada. O auxílio é prestado ao nível de preenchimento de declarações de IRS, provas de vida para estrangeiro, correspondências com serviços de eletricidade, telecomunicações, renovação de cartão de cidadão e carta de condução.

No Concelho de Almeida, o envelhecimento populacional encontra-se bastante relacionado com a desertificação populacional, seguindo a tendência geral do duplo

envelhecimento verificada nas populações do interior com uma diminuição da representatividade dos grupos mais jovens e um aumento da representatividade dos grupos mais idosos.

De acordo com os participantes do IV Workshop Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede realizado em 14 de junho de 2019, as principais causas do despovoamento devem-se às causas naturais, à emigração e posteriormente os emigrantes não quererem regressar, devido à falta de recursos. Uma outra situação que se verifica cada vez mais cedo é a saída de jovens para estudar em Concelhos vizinhos, em níveis escolares obrigatórios.

O êxodo e o envelhecimento populacional trazem também consequências ao nível da degradação do parque habitacional, uma vez que as habitações ficam abandonadas, entregues aos efeitos da degradação do decorrer do tempo. Em relação aos edifícios podemos referir que, em 2018, dos 13 edifícios concluídos, 8 se destinavam a habitação familiar.

Ao analisarmos os alojamentos familiares de acordo com a forma de ocupação, no Concelho (2011) era possível verificarmos que entre 2001-2011, a residência habitual diminuiu de 53,3% para 45,3%. Quanto às habitações secundárias sofreram um aumento de 40,7% para 47,7%, bem como as habitações vagas, de 6,1% para 6,9%.

A degradação habitacional é também visível ao nível do bairro pré-fabricado existente na freguesia de Almeida, o qual é constituído, atualmente por 23 fogos tipo pré-fabricado, bastante degradados, maioritariamente ocupados por agregados familiares com nível sócio-económico baixo, uma vez que se pretende a curto prazo a demolição do mesmo, tendo o Município já procedido à erradicação de algumas habitações. Contudo e, como se tratam de residentes com baixas condições socioeconómicas, o Município encontra-se a providenciar formas de realojamento dos mesmos. Neste âmbito, o Município adquiriu e reconstruiu duas habitações na zona do centro histórico para realojamento de duas famílias do mesmo bairro. As finalidades são várias, nomeadamente: resolver as condições precárias de habitabilidade dos habitantes do bairro, combater a degradação do parque habitacional e promover a dinamização do centro histórico.

No Concelho verificava-se ainda uma outra dificuldade, fruto da dispersão geográfica, ao nível do acesso aos transportes públicos, ficando algumas freguesias/localidades sem qualquer tipo de transporte. Os poucos habitantes dessas freguesias, maioritariamente idosos tinham muitas dificuldades para aceder a outras

localidades, nomeadamente às duas vilas do Concelho, recorrendo por vezes ao serviço privado de carro de aluguer, o que se revelava mais dispendioso, a não ser quando era repartido o custo por várias pessoas ou ao transporte escolar.

No sentido de resolver esta dificuldade, o Município criou em dezembro de 2018 o **almeida sim**, serviço de transporte com várias paragens nas freguesias, que assegura as deslocações dos Municípes, pelo custo simbólico de 1€/viagem, às duas vilas do Concelho – Almeida e Vilar Formoso e também as ligações à feira mensal de Vilar Formoso (primeiro Sábado do mês) de Almeida (último sábado do mês).

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais que foi proclamado pela União Europeia em novembro de 2017, apresenta princípios específicos dirigidos às pessoas idosas que merecem toda a atenção. No âmbito do capítulo III, proteção e inclusão sociais salientamos, para além do princípio das prestações e pensões de velhice (15), com enfoque na proteção no momento da reforma e um apelo à igualdade entre homens e mulheres e atenção ao direito a recursos que proporcionem uma vida digna a todas as pessoas na velhice; e o princípio dos cuidados de longa duração (18), a preços comportáveis, em especial cuidados ao domicílio e serviços de proximidade.

Num Concelho com alguma dispersão geográfica e elevada taxa de envelhecimento, assumem extrema importância as instituições direcionadas para o apoio à população idosa.

Relativamente às instituições, importa salientar a crescente importância da economia social nos territórios, uma vez que este setor tem contribuído para a coesão social, combatendo o desemprego, a instabilidade laboral, bem como a exclusão social entre os grupos mais vulneráveis, através do desenvolvimento de diversas atividades. A economia social integra um conjunto de entidades, com personalidade jurídica diversa, democraticamente organizada, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros, que produzem bens ou serviços, sem finalidade lucrativa⁴.

O setor da economia social, constitucionalmente consagrado, caracteriza-se por uma forte diversidade, sendo constituído, designadamente por associações, cooperativas, fundações, misericórdias e mutualidades e instituições particulares de solidariedade social, não abrangidas nas anteriores⁵.

É notório o grande investimento que se tem vindo a desenvolver no Concelho, ao nível da criação e/ou reestruturação das infra-estruturas de apoio a este público, sendo

⁴ Guia Prático da Economia Social, Projeto Y.E.S-SIM

⁵ Artigo 4º da Lei nº 30/2013 de 08/05 – Lei de Bases da Economia Social

que as instituições apresentam uma taxa de cobertura satisfatória. Neste sentido, das 17 instituições direcionadas para o apoio a idosos existentes no Concelho, 9 possuem a valência de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (E.R.P.I.), 11 com valência de Centro de Dia e Apoio Domiciliário; 2 com valência de Centro de Dia e 1 com serviço de apoio domiciliário.

Nas freguesias, as instituições com valência de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário continuam a assumir extrema relevância, uma vez que contribuem para manter os idosos na sua habitação e meio envolvente, evitando o seu desenraizamento social e cultural e o adiamento do processo de institucionalização, que tanto se tem vindo a defender.

No workshop Desenvolvimento Social e Trabalho em rede IV, foi referido que, os recursos humanos para trabalhar com idosos existem, mas que estas pessoas muitas vezes não querem desenvolver atividade profissional, acabando por se acomodar a situações de subsídios de desemprego, R.S.I. e, outras medidas de apoio social. Outra problemática identificada foi também a questão das burocracias existentes e que dificultam uma maior dinâmica e eficácia nas respostas.

Com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população idosa do Concelho de Almeida, assim como da população deficiente, existe desde 2009, o Cartão Social Municipal, através do Aviso nº 8967/2009 – Regulamento do Cartão Social Municipal, publicado no Nº 85 da II Série do Diário da República de 4 de Maio de 2009, o qual tem sido um apoio significativo para a população idosa e carenciada do Concelho.

O Cartão Social Municipal, de acordo com o artigo 2º do aviso referido anteriormente, “destina-se a apoiar idosos e portadores de deficiência em situação de carência económica, residentes no Concelho de Almeida”. Podem beneficiar deste cartão, “todos os cidadãos residentes no Concelho, desde que, cumulativamente preencham os seguintes requisitos: idade igual ou superior a 65 anos; ser pensionista, reformado ou deficiente com incapacidade maior ou igual a 60%, independentemente da idade; pertencer a agregado familiar cujo rendimento mensal *per capita* seja igual ou inferior ao salário mínimo nacional e residir no Concelho de Almeida há pelo menos um ano e estar recenseado numa das freguesias” (artigo 3º).

Ainda relativamente à população idosa, mas com deficiência, é de salientar a existência de uma Instituição Particular de Solidariedade Social no Concelho, com as valências de CAO, Lar Residencial, Residência Autónoma e Lar de Apoio – ASTA. O problema que se tem vindo a anunciar no âmbito da intervenção junto desta população

com deficiência e que foi referido no âmbito do III Workshop Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede, no dia 9 de Julho de 2016, foi o envelhecimento das pessoas com deficiência, sendo que se torna necessária uma resposta mais adequada para estes, quer ao nível da sua ocupação diária, quer futuramente ao nível do suporte e acolhimento institucional. Atualmente existe um projeto para construção desse espaço – “Casa da Fonte” o qual já foi alvo de parecer social no âmbito do CLAS de Almeida, em 2018.

SWOT – Envelhecimento e despovoamento/dispersão geográfica

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">- Investimento económico nas respostas à população idosa: 9 IPSS's com valência de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - E.R.P.I.; 11 IPSS's com valência de Centro de Dia e Apoio Domiciliário; 1 IPSS com valência de Apoio Domiciliário e 2 IPSS's com valência de Centro de Dia- Dinamismo da região na implementação de respostas sociais- Qualidade de vida- Existência de redes de solidariedade informal (vizinhança)- Rede Social de Almeida- Criação de postos de trabalho pelas respostas sociais e fixação dos idosos na região- Cartão Social Municipal- População idosa com saberes ao nível de artes e ofícios tradicionais- Almeidasim – serviço de transporte no Concelho- Boa cobertura dos equipamentos sociais e boas instalações	<ul style="list-style-type: none">- Despovoamento- Aumento índice de envelhecimento- Recursos humanos que preferem manter-se medidas de apoio social e não trabalhar- Isolamento Social- Ausência de empreendedorismo- Interioridade- Elevado número de idosos a residir sós- Insuficiência de suporte familiar- Falta de ocupação dos idosos- Problemas habitacionais e incapacidades ao nível da saúde- A institucionalização dos idosos tem como consequência a desertificação das aldeias
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">- Boas acessibilidades rodoviárias ao Concelho- Potencialidade da região em conseguir captar novos segmentos da população idosa com serviços diferenciadores- Investimento e promoção da economia social.- Portugal 2020	<ul style="list-style-type: none">- Progressivo despovoamento- Progressivo envelhecimento- Diminuição da taxa de natalidade- Contínuo êxodo populacional- Ausência de incentivos à fixação de população no interior- Ausência de incentivos de apoio à maternidade- Sustentabilidade das respostas sociais

**CAPÍTULO 2 – Fraco envolvimento/participação na dinâmica sócio-cultural do
Concelho**

Vertente social - Falta de respostas sociais para grupos mais vulneráveis

A exclusão social configura-se um fenómeno multifacetado/multidimensional onde coexistem fenómenos sociais diferenciados, como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros.

De acordo com o que se encontra definido no Plano Nacional de Reformas 2020, Portugal apresenta ainda elevados níveis de pobreza monetária e exclusão social, o qual se reflete em aspetos como: **incidência de pobreza infantil**- num contexto de vulnerabilidade acrescida de agregados com crianças, em especial famílias monoparentais e numerosas; **crescente número de famílias com baixa intensidade de trabalho**, que se encontram associados a níveis de escolaridade muito reduzidos e que se refletem em desigualdades salariais acentuadas, refletindo novas situações de pobreza monetária; **existência de grupos específicos particularmente vulneráveis**, quer seja na obtenção de rendimentos, no acesso ao mercado de trabalho ou a bens e serviços de qualidade, como desempregados de longa duração, idosos, pessoas com deficiência e incapacidades, imigrantes, grupos étnicos, sem-abrigo, passantes, entre outros.

No Concelho de Almeida verificamos a existência também de grupos vulneráveis e conseqüentemente, várias problemáticas sociais associadas, tendo sido evidenciado como problemática no Workshop Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV, a ausência de respostas para famílias indivíduos em situação de exclusão, nomeadamente situações de prostituição, passantes, álcool, toxicodependências, entre outros. De salientar também a problemática dos idosos a residir sós, apesar de que, a maior parte ser apoiado por alguma IPSS's, em valência de C. Dia ou S.A.D. De referir que, através de informação cedida pela G.N.R., através dos Censos Sénior 2019, foram identificados 422 idosos a residir sós e 9 em situação de isolamento. Este tema foi já desenvolvido no Capítulo I deste documento.

O Gabinete de Ação Social do Município tem sido procurado por algumas supostas vítimas de violência doméstica, à qual tem sido feito o devido encaminhamento para as entidades competentes, nomeadamente o Centro de Formação, Assistência e Desenvolvimento da Guarda (C.F.A.D.) para o Núcleo de Apoio à Vítima. Importa assinalar também que, a problemática da violência doméstica é difícil de

identificar, uma vez que as vítimas, na maior parte das vezes têm receio de represálias por parte do agressor ao assumir a situação vivenciada.

No Concelho existe desde Julho de 2014, a Loja Solidária do Concelho de Almeida, a qual se encontra instalada no Quartel das Esquadras, casa nº 12, em Almeida e que veio, mediante regulamento próprio, através do Aviso nº14436/2013, da II Série, do Diário da República nº 227, de 22 de novembro, veio possibilitar a atribuição de vestuário e outros bens às famílias mais carenciadas.

Sendo a freguesia de Vilar Formoso a principal fronteira terrestre do País, esta é uma zona com forte propensão para a concentração de populações móveis, que frequentemente adoptam comportamentos de risco. Esta população encontra-se exposta a pressões, limitações e ambientes de vida especiais. Neste contexto, em alguns lugares de passagem e de permanência, desenvolvem-se serviços de comércio sexual como é o caso na localidade de Fuentes de Oñoro em Espanha, adjacente à freguesia de Vilar Formoso. Por outro lado, a zona de fronteira é também propensa ao tráfico e consumo de droga. Esta população que não é natural da região, apresenta alguma dificuldade em aceder a serviços públicos. Também as instituições têm dificuldade em contactar e identificar esta população flutuante. Segundo o INE, em 2018 os estrangeiros com estatuto de residente no Concelho de Almeida (nº) eram de 77, face a 3 710 das Beiras e Serra da estrela e 61 893 da Região Centro.

De referir a existência da IPSS's - Centro de Acolhimento e Integração Social de Vilar Formoso que presta apoio aos designados “passantes” de modo a proporcionar-lhe a satisfação de necessidades básicas imediatas.

De assinalar dois programas de intervenção social no Concelho, a Rede Local de Intervenção Social R.L.I.S. e o Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 3G - Desenvolver de Mãos Dadas). A RLIS terminou em 2019, pelo que atualmente foi substituído pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (S.A.A.S.) e o CLDS 3G terminou em 2018, sendo que iniciou no mês de fevereiro de 2020 o Programa CLDS 4G.

As ações a desenvolver pelo CLDS-4G de Almeida integram os seguintes eixos de intervenção (Artigo 4º): b) Eixo 2- Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; c) Eixo 3 – Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa⁶.

⁶ Artigo 4º da Portaria nº229/2018 de 14 de agosto

Ao nível das IPSS's podemos referir que as mesmas apresentam uma taxa de cobertura bastante considerável no Concelho, principalmente nas que apresentam respostas sociais para a população idosa, uma vez que o envelhecimento populacional, a dificuldade de mobilidade da população idosa e as dificuldades nos transportes públicos, levou a um crescimento do número de IPSS's dirigido a esta população. Este tema foi explanado no 1º. capítulo deste documento.

Na área da infância e juventude a resposta é suficiente para o pouco público-alvo que o Concelho apresenta, e de referir uma para pessoas portadoras de deficiência.

No workshop Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV fez-se referência à inexistência de um Centro de Acolhimento Temporário, de modo a dar-se resposta às situações de emergência social. Neste sentido, faz importância referir que a Associação Desportiva, Cultural e Social de A.S.Sebastião tem prevista a criação da resposta social Casas de Abrigo, tendo o mesmo projeto sido alvo de parecer favorável do CLAS de Almeida, em 2014.

No mesmo Workshop foi também apresentada como problemática a ausência partilhada de recursos por parte das instituições/entidades do Concelho, no contexto da intervenção social.

No que diz respeito à assistência social, este é um Concelho onde o peso dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção face à população residente (1,96%) é inferior aos valores das Beiras e Serra da Estrela (2,99%) e da Região Centro (1,92%).

Não podemos deixar de referir que, no Concelho (2018), em termos de população, os pensionistas constituíam 41,82% face à população total.

Outra situação que carece de intervenção urgente, relaciona-se com a existência de um Bairro Pré-fabricado, na freguesia de Almeida. Trata-se de um conjunto habitacional com 23 fogos (atualmente) tipo pré-fabricado, bastante degradados, maioritariamente ocupados por agregados familiares com um nível sócio-económico baixo. Esta situação levou a Câmara Municipal a ponderar soluções que passaram, a curto prazo, pela demolição de algumas habitações já devolutas, e pela perspectiva de reconstrução de habitações no Centro Histórico de Almeida a fim de alojar as famílias deste bairro, estando já duas dessas habitações finalizadas, sendo que o objetivo a médio prazo será a demolição de todo o bairro com realojamento dos respetivos moradores.

Para além da situação do Bairro municipal, têm procurado o serviço de Ação Social, vários Municípios com problemas de habitação, nomeadamente necessidade de readaptação a situações de dependência e/ou fraca mobilidade, necessidade de WC,

telhados em mau estado, entre outros e as quais vivenciam situações de carência socioeconómica, não possuindo disponibilidade financeira para tais intervenções.

Relativamente ao tema habitação e, mais recentemente, a Câmara Municipal teve conhecimento da existência do Programa 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, criado pelo Decreto Lei nº 37/2018 de 4 de junho, ao qual pretende candidatar-se a fim de resolver os défices existentes a este nível. Este programa é um “programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não apresentam capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada”⁷. As soluções habitacionais contempladas por este programa contemplam “arrendamento de habitações para subarrendamento; encargo com moradores de núcleos degradados; reabilitação de frações ou de prédios habitacionais; construção de prédios ou empreendimentos habitacionais; aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação; aquisição de terrenos destinados à construção de prédio de empreendimento habitacional e aquisição, reabilitação ou construção de prédios ou frações destinados a equipamentos complementares de apoio social integrados em empreendimentos habitacionais financiados ao abrigo do 1º Direito”⁸.

⁷ Artigo 2º do Decreto-Lei nº 37/2018 de 4 de junho

⁸ Artigo 27º do Decreto-Lei nº 37/2018 de 4 de junho

**SWOT – Fraco envolvimento/participação na dinâmica sócio-cultural do Concelho,
Vertente social - Falta de respostas sociais para grupos mais vulneráveis**

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Taxas de Cobertura de Equipamentos de Apoio a Idosos superiores à média nacional• Conselho Local de Acção Social• Conselho Municipal de Educação• Conselho Municipal de Segurança• Programas e Projetos no Concelho – SAAS e CLDS 4G• Mais Técnicos qualificados nas IPSS's• Saberes tradicionais suscetíveis de ser partilhados• Espaços potenciadores da saúde física e espiritual	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de respostas para família/indivíduos em situação de exclusão• Pouca interação entre as IPSS's do Concelho• Ausência de partilha de recursos• Insuficiência de recursos financeiros• Desertificação• Envelhecimento• Isolamento social
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Generalização do trabalho em parceria• Quadro comunitário – Portugal 2020• Programa 1º Direito• Organização de candidaturas/iniciativas intermunicipais	<ul style="list-style-type: none">• Progressiva desertificação da região• Progressivo envelhecimento da região

**CAPÍTULO 2 – Fraco envolvimento/participação na dinâmica sócio-cultural do
Concelho**

**Vertente Cultural- Fraca participação e cooperação da comunidade nas iniciativas
culturais no Concelho**

Torna-se premente que haja uma dinamização social nas freguesias e localidades do Concelho, mas também ao nível cultural e, para este fim muito podem contribuir as Associações locais.

Ao longo dos anos tem-se vindo a assistir a uma maior dinâmica por parte das Associações do Concelho, sendo que algumas já apresentam plano de atividades, inclusivamente que consta nos planos de ação anuais da Rede Social, sendo esta uma forma de divulgação privilegiada destas mesmas iniciativas. No entanto, no Workshop Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV foi referido o baixo teor de participação e cooperação/coesão das associações/comunidades.

As Festas e as Feiras são também importantes no dinamismo sócio-cultural do Concelho. Atualmente, além dos produtos, as Festas e as Feiras atraem à localidade onde se realizam muitas pessoas das localidades limítrofes e do estrangeiro. Estes eventos não só devem ser preservados como também deverão ser promovidos outros.

Para as atividades de animação sócio-cultural, existem alguns recursos no Concelho, designadamente os seguintes grupos: Coro Etnográfico de Almeida; Banda Filarmónica de Malhada Sorda, Grupo Coral Polifónico de Vilar Formoso e Associação Juvenil, Cultural, Social e Desportiva do Grupo de Cordas de Vilar Formoso.

No que diz respeito ao desenvolvimento da atividade turística, a oferta de produtos tradicionais é muito importante, pelo que se deveria apostar fortemente na expansão e divulgação dos mesmos.

Por outro lado, e, uma vez que o Concelho é caracterizado pelo elevado número de população idosa em detrimento das gerações mais novas, há muitos idosos com saberes tradicionais que deveriam ser difundidos, com o objetivo de que estes se perdessem no tempo e permitiria, por outro lado possibilitar um envelhecimento ativo nesta população.

Não podemos deixar de referir a importância dos recursos a nível patrimonial que existem no Concelho e que poderão ser rentabilizados através dos recursos humanos que existem e se revelam capazes de desenvolver variadas dinâmicas culturais.

Prevê-se a nível do património que o mesmo seja divulgado e reconhecido a nível europeu/mundial, sendo que Almeida se encontra atualmente inserida na Candidatura das fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola a Património Mundial-UNESCO.

O facto de Almeida ser um território paradigmático do Vale do Côa, com paisagens propiciadoras de saúde física e espiritual é também uma oportunidade que deve ser explorada.

Ser um território de fronteira possibilita e facilita a procura turística. Segundo dados estatísticos do Turismo Municipal, Almeida apresentou, no ano de 2018 um fluxo turístico de 99 425 turistas, sendo que se verificou uma maior representatividade de turistas estrangeiros 99 425, face a 48 764 turistas portuguesas que passaram pelo Posto de Turismo de Almeida.

Em 2018, a estada média de hóspedes estrangeiros, centrou-se em 1,1 noites, a proporção de hóspedes estrangeiros abrangia 25,9%, tendo-se registado 252,3 dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes. De referir que, entre julho e setembro de 2018, meses em que se verifica maior afluência de turistas ao Concelho, se verificou uma proporção de 32,8% ao nível de dormidas. No ano de 2018 verificou-se uma capacidade de alojamento por 100 habitantes de 56,7% e ainda se verificava uma média de 3,1 hóspedes por habitante.

Almeida possui atualmente várias infraestruturas que facilitam o acesso a atividades de âmbito cultural, nomeadamente o Auditório Municipal de Almeida, o Pavilhão Multiusos de Vilar Formoso, a Biblioteca Municipal Maria Natércia Ruivo, Museu Histórico Militar de Almeida, o Centro de Estudos de Arquitetura Militar – CEAMA. De salientar também a existência do GRHMA (Grupo de Recriadores Históricos do Município de Almeida).

Para além da centralidade nas duas freguesias mais populosas do Concelho, Almeida e Vilar Formoso, devia ter-se em consideração nas restantes freguesias, através de maior dinamização das Associações locais, na organização e na sensibilização para o envolvimento da população nestas e a importância que as atividades culturais têm na promoção das restantes freguesias.

De destacar também as atividades proporcionadas pelas IPSS's com os seus utentes e que lhe possibilitam interação, convivência e conseqüentemente uma melhoria da qualidade de vida.

Diagnóstico Social do Concelho de Almeida

Uma ameaça que existe atualmente, está relacionada com as portagens que foram introduzidas nas auto-estradas A23 e A25; as quais representam um valor elevado e que, desta forma dificultam a deslocação para o Concelho.

Swot- Fraco envolvimento/participação na dinâmica sócio-cultural do Concelho; cultural do Concelho

Vertente Cultural- Fraca participação e cooperação da comunidade nas iniciativas culturais no Concelho

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Valioso património histórico, arquitetónico e natural do Concelho• Elevado nº de associações culturais e recreativas• Recursos humanos capazes de desenvolver dinâmicas culturais• Recursos logísticos e endógenos• Procura turística• Recursos culturais na área associativa• Territórios de Fronteira• Orçamento Participativo Almeida	<ul style="list-style-type: none">• Insuficiente revitalização do património histórico existente• Educação para a cultura• Estimulação, apoio e abertura de oportunidades (com ritmos culturais)• Adaptação de equipamentos• Concertação nas estratégias culturais e turísticas• Dinâmica empresarial e empreendedorismo na área cultural• Desertificação• Envelhecimento
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Territórios paradigmáticos do Vale do Côa• Monumentalidade a nível Europeu/Mundial• Aldeias históricas/tradições	<ul style="list-style-type: none">• Progressiva desertificação/despovoamento• Progressivo envelhecimento• Acessibilidade (Portagens/transportes públicos)• Sistema socioeconómico e político estruturado• Fragilidade e inconsistência educacional e formativa

3- Fraco dinamismo económico e insuficientes oportunidades de emprego

A atual situação de precariedade económica derivada da crise socioeconómica, emergente desde 2008, e elevada taxa de desemprego sentida no país interfere também no fraco dinamismo económico e nas insuficientes oportunidades de emprego neste Concelho.

Verifica-se que, aquando a realização do Diagnóstico Social em 2016, existiam 168 desempregados, do Concelho de Almeida, inscritos no Centro de Emprego de Pinhel, sendo que este número atualmente diminuiu para 140. Esta diminuição pode dever-se ao contínuo êxodo das pessoas das localidades de interior, que não apresentam tantas oportunidades de emprego, para o Litoral, sendo que também se tem vindo a assistir à emigração para outros países.

No gráfico nº1 podemos observar a variação de desempregados do Concelho, desde janeiro de 2018 até janeiro 2019.

Gráfico nº 1- N° de desempregados no Concelho de Almeida -2018/2019



Fonte: www.iefp.pt – Estatísticas mensais por Concelho, de janeiro de 2018 até janeiro 2019

Neste sentido, verificamos que a variação de desempregados, ao longo de um ano, não sofreu grandes alterações, tendo começado com o valor máximo de 181 (janeiro 2018), para depois decrescer, até atingir o valor inferior de 123 (no mês de

outubro de 2018), sendo que, nos meses seguintes aumentou, apesar de não ser para valores muito elevados.

É importante também analisar o Concelho de Almeida, perante outros do Distrito a fim de estabelecermos uma comparação.

Quadro nº13 – Desemprego na Região Centro

Concelho	Nº de desempregados
Guarda	1197
Trancoso	186
Almeida	140
Pinhel	136
Figueira de Castelo Rodrigo	186
Sabugal	232
Manteigas	53
Celorico da Beira	198
Meda	60
Gouveia	427
Total Região Centro	41 647

Fonte: www.iefp.pt - Estatísticas mensais por Concelho, janeiro 2019

Assim, concluímos que de um total de 41 647 desempregados na Região Centro, 140 são do Concelho de Almeida. Comparativamente com outros Concelhos da Região Centro, Almeida é o 4º Concelho com menor número de desempregados (140), sendo que o Concelho que apresenta maior número é Guarda, o que se explica também devido à elevada concentração de população neste Concelho, sede de Distrito e onde existem mais oportunidades de emprego.

O desemprego esconde frequentemente situações de actividade informal na agricultura ou outras, proporcionando rendimentos escassos, mas suficientes para a subsistência dos indivíduos e famílias e que impedem que estes vivenciem situações de pobreza.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais que tem como objetivo conferir aos cidadãos direitos mais eficazes, contempla nos dois primeiros capítulos vários princípios ao nível do mercado de trabalho. Assim, no capítulo I – Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, os princípios presentes são: 1 – Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida; 2- Igualdade de género; 3- Igualdade de oportunidades e 4 – Apoio ativo no emprego.

No Capítulo II- condições de trabalho justas, os princípios referidos são: 5- Emprego seguro e adaptável; 6- Salários; 7- Informações sobre as condições de emprego e proteção em caso de despedimento; 8- Diálogo social e participação dos trabalhadores; 9- Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada; 10- Ambiente de trabalho são, seguro e bem-adaptado e proteção dos dados.

Diretamente relacionado com o desemprego está o nível de instrução da população. No concelho de Almeida verifica-se um nível de instrução muito baixo. A taxa bruta de escolarização no Concelho (2018) era maior ao nível do Ensino Básico (150,0%) em relação à taxa bruta de escolarização do Ensino Secundário (103,0%). Esta taxa de escolarização mais elevada ao nível do ensino básico (1º Ciclo) está intimamente relacionada com o facto de, no ensino básico (3º Ciclo) haver uma taxa de retenção e desistência maior (8,6%) comparativamente com o ensino básico 1º Ciclo (3,1%).

Esta tendência não se verifica em relação à região das Beiras e Serra da Estrela, a qual regista uma taxa bruta de escolarização ao Nível do Ensino Básico (111,3%) inferior à do ensino secundário de 122,1%.

O desemprego incide com maior intensidade na mão-de-obra feminina, uma vez que os indivíduos do sexo masculino encontram mais oportunidades de emprego informal, ainda que não exercido de forma contínua, como sejam na construção civil, agricultura entre outros. Assim, no Concelho de Almeida verificava-se que, num total de 124 beneficiários do subsídio de desemprego, em 2018, 65 do sexo feminino (quadro nº12) em detrimento de 59 eram do sexo masculino.

Quadro nº14 – Beneficiários de subsídio de desemprego

Sexo	Nº
Masculino	59
Feminino	65
Total	124

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, 2018

Verifica-se ainda um maior número de beneficiários do subsídio de desemprego na faixa de mais de 55 anos de idade (53), motivo que se justifica pelo facto destes indivíduos ao perderem o emprego que possuíam, apresentarem já uma idade avançada, dificultando a possibilidade de lhes ser dada nova oportunidade de emprego.

Outro dos problemas do Concelho de Almeida incide nas poucas oportunidades de emprego para os jovens com habilitações ao nível superior, os quais deixam o Concelho para concretizarem a sua qualificação e não regressam, acabando por se estabelecerem nas localidades que lhe permitem conseguir emprego ao nível da qualificação adquirida. No ano de 2018, verificava-se no Concelho, de um total de 757 trabalhadores por conta de outrem, que apenas 71 possuíam licenciatura face aos 97 com habilitações ao nível do 1º CEB, 117 ao nível do 2º CEB, 285 do 3º CEB e 171 de Ensino Secundário.

Uma vez que os recursos humanos qualificados são muito importantes para o desenvolvimento sustentado de uma região, este facto vem contribuir por um lado para o aumento da desertificação populacional e um maior envelhecimento do Concelho, bem como para um défice de recursos humanos qualificados face aos que possuem um nível de instrução muito baixo. Este facto inibe a fixação de empresas na região, dado que os riscos de investimento são maiores.

O envelhecimento e desertificação populacional têm também reflexos no dinamismo económico de uma região. No Concelho de Almeida, Em 2018, existiam 2478 pensionistas face a uma população total de 5926 habitantes. Estes pensionistas estão assim sujeitos a uma vulnerabilidade maior à pobreza, uma vez que os valores das suas pensões são, em média, muito baixos.

Importa também fazer uma breve análise acerca dos setores de atividade neste Concelho. Na maior parte das freguesias e uniões de freguesias, a atividade predominante é a agricultura, se bem que exercida maioritariamente de forma informal e a tempo parcial e por vezes como forma de subsistência. Os produtores agrícolas são maioritariamente autónomos, servindo-se do seu trabalho e do restante agregado familiar, não dependendo de si empregados assalariados. Em 2018, dos 757 trabalhadores por conta de outrem, apenas 23 eram do setor primário.

A Câmara Municipal de Almeida dispõe de um Gabinete do Agricultor para prestar apoio a estes agricultores. A exceção verifica-se nas freguesias de Almeida e de Vilar Formoso, onde se concentram actividades relacionadas com o comércio, serviços e alguma indústria, o que justifica a maior concentração de população do Concelho nestas duas freguesias. Neste contexto, em 2018 verificava-se que 83 trabalhadores por conta de outrem eram do setor secundário e 651 do setor terciário.

Ao nível do sector industrial, verifica-se que o Concelho de Almeida dispõe de uma área concebida para o efeito em Vilar Formoso – O Parque Industrial de Vilar

Formoso. Este apresenta boas acessibilidades, dado que se situa junto da A25, da linha ferroviária da Beira Alta e junto à fronteira com Espanha, possibilitando assim trocas comerciais com este e outros países Europeus.

Contudo, e atualmente como consequência da introdução de portagens na A23 e, principalmente na A25, estas constituíram mais uma ameaça para o Concelho ao nível da fixação de empresas e novos investimentos económicos.

De referir que no sentido de melhorar as acessibilidades se encontram a decorrer obras em Vilar Formoso, de ligação à autoestrada de Espanha.

Verificamos também que, desde o ano de 2013 até 2017, houve um aumento de empresas sedeadas, passando de 626 para 684. Apesar das 684 empresas constituídas, no ano de 2017, verifica-se assim uma proporção de 99,0% de empresas tinha menos de 10 pessoas ao serviço, sendo que apenas 7 têm entre 10 e 49 trabalhadores. Existe assim, uma média de 1,6 pessoas ao serviço por empresa, o que revela mais uma vez a dimensão reduzida das empresas, e muitas vezes, uma exploração de base familiar, existindo 80,41 % de empresas individuais.

O Concelho de Almeida tem algumas dificuldades em atrair indústria, devido a vários factores. Um deles incide na carência de mão-de-obra, uma vez que o Concelho apresenta uma elevada taxa de envelhecimento populacional, com pouca população em idade ativa e com insuficiente formação escolar e profissional, verificando entraves no recrutamento de pessoal, nomeadamente quando se verifica a necessidade de recrutamentos em grupo e com algumas qualificações profissionais. Por outro lado, tem-se mantido a tendência de abandono do Concelho pela parte da população em idade ativa. Foi referido ainda no workshop Trabalho Social em Rede IV, a existência de uma burocracia acentuada ao nível das políticas de habitação, o que dificulta também a fixação de famílias.

O setor do comércio e serviços tem também um papel preponderante, principalmente na Sede de Concelho – Almeida ao nível dos Serviços e Vilar Formoso ao nível do Comércio.

No que concerne às restantes freguesias, algumas ainda possuem estabelecimentos com bens de primeira necessidade, que comercializam um pouco de tudo, possuindo por vezes café/taberna e minimercado em conjunto. Nas freguesias onde não existe nenhum estabelecimento comercial é frequente o recurso à comercialização de produtos trazida pelos vendedores ambulantes, os quais percorrem as freguesias, apesar de tornar os preços dos produtos mais elevados, uma vez que não

existe concorrência. É também um meio importante para as empresas comerciais obterem uma maior rentabilidade, nomeadamente padarias, peixaria, entre outros.

Para além dos estabelecimentos comerciais fixos, existem ainda as feiras e os mercados, os quais constituem um espaço preponderante ao nível de fornecimento de bens de carácter ocasional, onde circula um volume considerável de transações comerciais, nomeadamente no mercado de Vilar Formoso, o qual continua a ser um importante ponto de interesse para o Concelho e essencialmente para os espanhóis.

No caso dos estabelecimentos comerciais verifica-se ainda um outro entrave, uma vez que se tratam basicamente de empresas familiares e sem recurso a empregados, torna-se difícil manter os estabelecimentos abertos fora do horário normal de funcionamento do comércio tradicional.

De salientar que a atividade comercial em Vilar Formoso apresenta horários flexíveis, estando aberto ao fim de semana e feriados, apresentando também alguns estabelecimentos a contratação de vários empregados, o quais podem assegurar estes horários.

De referir que, no âmbito do Referencial da Coesão Social publicado pelo ISS, relativo ao ano de 2014, estabeleceu que o Concelho de Almeida, de acordo com a tipologia do território, a partir de variáveis nucleares, como: a estrutura etária da população residente; a estrutura do povoamento; o perfil das dinâmicas económicas e a variação do dinamismo demográfico se enquadra no Grupo I- Concelhos em exaustão, o qual se caracteriza por apresentar uma atividade económica muito incipiente, em que já nem o setor primário tem relevo e onde a administração pública e o apoio social têm um peso muito significativo. É um Concelho igualmente marcado por decréscimos fortes no comércio, nos serviços, e no ensino e na saúde na última década, assim como pela incidência do envelhecimento e grandes perdas de população.

Swot- Fraco dinamismo económico e insuficientes oportunidades de emprego

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">- Principal fronteira terrestre do país- Proximidade com Espanha e outros países Europeus- Parque Industrial de Vilar Formoso com boas infra-estruturas e acessibilidades- Produtos endógenos- Oportunidades de Formação Profissional- Gabinete de Apoio ao Agricultor- Termalismo- Valor patrimonial e histórico, ambiental, paisagístico e cultural do Concelho de Almeida- Saberes tradicionais- Almeida e Castelo Mendo integradas nas Aldeias Históricas de Portugal, que constituem marca de referência, devendo potenciar-se a marca- Plano de Apoio ao Investimento no Concelho	<ul style="list-style-type: none">- Baixas qualificações- Sector agrícola relevante no Concelho, mas exercido informalmente e a tempo parcial- Atividade industrial muito reduzida- Falta de mão-de-obra qualificada- Elevada taxa de envelhecimento populacional- Despovoamento- Forte peso do sector terciário, mas constituído por empresas de pequena dimensão, com formas de gestão tradicional e com horários muito pouco flexíveis- Falta de espírito empreendedor- Abandono do Concelho pela população em idade ativa- Políticas de habitação burocráticas
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">- Boas acessibilidades ao Concelho- Localização estratégica- Intensificar as ações de divulgação do Concelho- Proximidade com Universidade da Beira Interior e IPG (Estágios, cursos e qualificação de recursos humanos)- Portugal 2020- Aproveitar os fundos comunitários	<ul style="list-style-type: none">- Desequilíbrios regionais: maior oferta de emprego no litoral- Elevada taxa de envelhecimento populacional e despovoamento- Pouca disponibilidade de mão-de-obra qualificada no Concelho<ul style="list-style-type: none">- Portagens na A23 e A25- Baixos salários praticados- Custo elevado no setor imobiliário constituindo um constrangimento ao investimento- Comodismo da população- Inexistência de medidas de política central, catalisadores de investimento e de fixação de pessoas no interior.- Desconhecimento e falta de informação acerca das oportunidades de negócio/empreendedorismo

Capítulo 4- Fraca adesão/envolvimento dos Jovens nas dinâmicas do Concelho

Se nos anteriores diagnósticos, as problemáticas identificadas ao nível da faixa etária das crianças e jovens do Concelho, foram equipamentos e serviços de apoio à infância e juventude insuficientes; o insuficiente apoio psicossocial nas crianças/jovens do Concelho e também a insuficiente articulação entre as diversas entidades do Concelho na área de infância e juventude, no **“Workshop – “Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV” realizado no dia 14 de junho de 2019**, a problemática identificada assentou na **Fraca adesão/envolvimento dos Jovens nas dinâmicas do Concelho**.

O facto de a problemática não se manter, indica que as necessidades de outrora deixaram de existir, graças à intervenção e aposta em atividade/iniciativas que foram promovidas pela Câmara Municipal e outras entidades do Concelho, nomeadamente ao nível das infra-estruturas e atividades de promoção de apoio psicossocial e de ocupação de tempos livres das crianças/jovens e também se verificou uma melhoria na articulação entre as entidades que promovem atividades na área da infância e juventude.

De relembrar a existência de piscinas municipais nas duas freguesias mais populosas do Concelho, Espaço Internet, Picadeiro D’el Rey, Pavilhões Gimnodesportivos, Biblioteca Maria Natércia Ruivo, parques infantis, Associações Recreativas, Agrupamento de Escuteiros, Casa da Juventude, Clubes Desportivos (Futebol, Atletismo, Zumba, Takendoo, Escola de Bombeiros), existência pontual de jovens com dinamismo (Os desajeitados, 3 loucos e 1 São), Coro Etnográfico de Almeida, Grupo de Cordas de Vilar Formoso, Clube BTT e Motards. De assinalar também uma boa cobertura de ensino no Concelho, ao nível do ensino “regular” e de ofertas de cursos profissionais.

Ao nível dos equipamentos e mais direcionado para a escolarização das crianças/jovens do Concelho existem os seguintes estabelecimentos de ensino:

Quadro nº15-Estabelecimentos de Ensino no Concelho de Almeida

Educação	Ano letivo 2019/2020
Agrupamento de Escolas	1
Estabelecimentos de Pré- Escolar Públicos (nº)	2
Escolas do 1º CEB (nº)	3
Estabelecimentos Públicos 2,3 CEB+s (nº) e Secundário	2
Estabelecimentos Privados Creche	2

Fonte: Câmara Municipal de Almeida, 2020

Todos os estabelecimentos de ensino públicos do Concelho encontram-se inseridos no Agrupamento de Escolas de Almeida, estando a sede situada na Escola Básica e Secundária Dr. José Casimiro Matias.

Ao nível do Ensino Pré-Escolar público verifica-se atualmente que, para além do Ensino Pré-Escolar de Almeida, entrou em funcionamento no ano letivo de 2017/2018, o Ensino Pré-Escolar de Vilar Formoso,

Quanto à resposta social de creches, continua a ser prestada apenas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, nas duas freguesias com maior população, Santa casa da Misericórdia de Almeida e Centro de Assistência Social e Infantil de Vilar Formoso.

Ao nível da escolarização e, em relação à taxa bruta de pré-escolarização, no ano letivo de 2017/2018, apresentava o valor de 121,2, continuando a ser superior em relação à Região Centro (97,1%) e Beiras e Serra da Estrela (96,7%).

Em relação à escolarização ao nível do Ensino Básico, verifica-se que o Concelho apresenta valores superiores em relação à Beira Interior Norte e Região Centro. Assim, ao nível da taxa de escolarização do Ensino Básico, verificava-se que o Concelho de Almeida apresenta uma taxa de 150,0%, em relação a 111,3% das Beiras e Serra da Estrela e 108,2% da Região Centro. Em relação ao Ensino secundário, verifica-se uma taxa bruta de escolarização de 103,0%, face a uma taxa de 122,1% nas Beiras e Serra da Estrela e 120,8% da Região Centro. Esta tendência não se verificava ao nível das taxas de retenção e desistência, dado que o Concelho apresentava valores superiores comparativamente com as Beiras e Serra da Estrela e Região Centro. Neste sentido, analisamos que a taxa de retenção e desistência no 1º Ciclo do Ensino Básico no Concelho de Almeida (3,1) é superior a 3,3% das Beiras e Serra da Estrela e 2,5 % da Região Centro.

Ao nível do 2º Ciclo do Ensino Básico, verificava-se uma taxa de retenção e desistência preocupante no Concelho de Almeida (11,1%), no ano letivo 2017/2018, verificando-se assim uma taxa superior, face a 7,4% das Beiras e Serra da Estrela e 4,0% da Região Centro. Verificamos ainda que, ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico, o Concelho de Almeida apresenta uma taxa de retenção e desistência (8,6%) relativamente às Beira e Serra da Estrela (8,7%) e Região Centro (6,8%).

Uma estrutura importante também ao nível da coordenação do Sistema Educativo do Concelho é o **Conselho Municipal de Educação do Município de**

Almeida, sendo este uma “instância de coordenação e consulta, a nível municipal, da política educativa e que tem por objectivo promover a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo”¹².

Por outro lado, a Câmara Municipal de Almeida tem investido no domínio da Acção Social Escolar e Apoios Sócio-Educativos, procurando proporcionar as melhores condições de ensino e aprendizagem à população escolar do Concelho e sobretudo, assegurar que todos, independentemente da condição sócio-económica do agregado familiar, têm condições de acesso pleno ao sistema educativo local. Assim, a Câmara tem vindo a promover as seguintes ações/atividades, nomeadamente: **comparticipação para aquisição de cadernos de atividades (Pré-Escolar; 1 e 2º ciclos do Ensino Básico) pagamento integral de refeições a todos os alunos carenciados (escalão A); participação de refeições a todos os alunos; apoio à realização de visitas de estudo integradas no plano curricular através da cedência de transporte.**

De acrescentar também e, mais recentemente, o projeto em parceria, entre Câmara Municipal, Agrupamento de Escolas e financiamento C.I.M. do plano inovador de combate ao insucesso escolar da CIMBSE.

Ao nível dos alunos do Ensino Pré-Escolar devemos fazer referência às Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e nos alunos do 1º Ciclo de Ensino Básico, a resposta social às famílias é prestada por via da Componente de Apoio à Família (CAF), ao abrigo da Portaria nº 644/2015, de 24 de Agosto, que contemplam o horário no período letivo e atividades nos períodos de interrupção letiva (Natal, Carnaval, Páscoa e Verão).

Importa salientar, no que diz respeito às férias escolares, iniciativas para ocupação das crianças/jovens, como é o caso das Férias Municipais promovidas pela Câmara Municipal, com a colaboração do Centro Lúdico, Cultural e Social de Vilar Formoso, já desde 2005, tendo havido cada vez maior adesão, por parte dos participantes. As férias municipais ocorrem em dois períodos distintos, nomeadamente duas semanas nas férias da Páscoa e três semanas nas férias de Verão. De referir que, no Concelho há mais duas entidades a promover também férias para crianças/jovens, sendo

¹² Conforme artigo 1º do Regimento do Conselho Municipal de Educação

elas a Associação Desportiva, Cultural e Social de A.S.Sebastião e Associação social, Cultural, Desportiva e Recreativa de Amoreira. De realçar que, recentemente, em 2018, o Município, entre outras iniciativas, em articulação com estas entidades/parceiros, introduziu no seu plano de atividades a atividade “Instituições em Rede”, promovendo um dia de animação e convívio entre os participantes nos Programas de Férias do Concelho, tendo-se criado um ambiente mais propício ao trabalho em rede.

Uma outra vantagem para os jovens do Concelho de Almeida, surgiu com a criação do **Cartão Jovem Municipal**, publicado através do aviso nº8965/2009, no nº85, 2ª Série do Diário da República, de 4 de Maio de 2009. Podem beneficiar deste cartão os jovens residentes na área do Município de Almeida, há mais de um ano, com idades entre os doze e os trinta anos¹³.

Pretendendo minorar as dificuldades económicas sentidas por alguns agregados familiares do Concelho de Almeida, as quais apresentam sérios obstáculos ao prosseguimento dos estudos por parte dos seus descendentes, a Autarquia iniciou no ano letivo de 2010/2011 (a qual tem vindo a decorrer até ao momento) atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, mediante a publicação do aviso nº 8839/2010, no Nº 86, 2ª Série do Diário da República de 4 de Maio de 2010, com as duas alterações posteriores, o regulamento nº5/2013 de 3 de janeiro e aviso nº14748/2016 de 24 de novembro.

Um serviço de extrema importância ao nível do apoio às crianças e jovens em perigo é a Comissão de Protecção de Jovens em Perigo de Almeida – CPCJ, a qual entrou em funcionamento oficial, através da portaria de instalação da CPCJ de Almeida nº 272/2006 do Diário da República nº 58 de 22/03/2006.

Para além deste apoio disponível para as crianças/jovens do Concelho, criado pela Câmara Municipal de Almeida, o Gabinete de Psicologia, através do aviso nº 11906/2009 publicado na 2ª Série do Diário da República, nº 128 de 6 de Julho de 2009, o qual apresenta como competências, para além de outras, “observação e avaliação psicológica de crianças e jovens; acompanhamento e/ou apoio psicoterapêutico de crianças e jovens ... e orientação vocacional de adolescentes e jovens”¹⁴.

Apesar do Concelho possuir poucas crianças/jovens, é notório o grande investimento para que esta população tivesse uma melhor qualidade de vida,

¹³ Artigo 3º do aviso nº 8965/2009, nº85 da 2ª Série do Diário da República, de 4 de Maio de 2009

¹⁴ Conforme alíneas c), d) e e) do nº1 do aviso nº 11906/2009 publicado na 2ª Série do Diário da República, nº 128 de 6 de Julho de 2009.

nomeadamente ao nível da criação das infra-estruturas, apoios psicossociais, apoios em tempos livres, educação, acção social escolar, a melhor articulação entre as entidades que atuam na área da infância e juventude.

De salientar que, no Workshop “**Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV**”, **da Rede Social em 14 de junho de 2019**, se referiu a inexistência no Concelho de um Centro de Acolhimento Temporário, de modo a possibilitar o acolhimento/apoio temporário em casos de crianças em situação de perigo/risco, o qual poderia também apresentar-se como resposta ao nível distrital.

No mesmo Workshop foi também transmitido que há falta de valorização dos recursos educativos, sociais, culturais, desportivos e recreativos que existem no Concelho. No que diz respeito mais especificamente às ofertas educativas, foi feita a observação que as mesmas se encontram centralizadas.

Esta situação foi apresentada no Workshop Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV, no dia 14 de junho de 2019, para além da falta de participação local dos jovens na Sociedade Civil, massa crítica e ativa na dinâmica local e falta empreendedorismo jovem.

Atento a este contexto, o Município criou, para além de outras iniciativas, a recente medida implementada no ano de 2019, ao nível **do Orçamento Participativo Jovem**, simultaneamente com o **Orçamento Participativo Almeida**.

O Orçamento Participativo Jovem tem como princípio estimular a participação cívica, esclarecida e responsável dos Jovens do Município de Almeida, incentivando-os a processos de reflexão e decisão sobre áreas e projetos que pretendam ver concretizados no seu Município, através dos recursos financeiros do próprio Município.

Para a concretização desta medida foi criado um documento com as normas de participação. Assim no artigo 5 desse documento é referido que podem participar todos os jovens com idade igual ou superior a 15 anos até aos 30 anos inclusive, recenseados no Concelho de Almeida ou que, comprovadamente, residam, trabalhem ou estudem no Concelho, e que se inscrevam no portal do Orçamento Participativo Jovem.

O Orçamento Participativo Jovem tem como objetivos (artigo 2) "1- adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas dos jovens para melhorar a qualidade de vida no Concelho de Almeida e tornar o mesmo mais dinâmico e atrativo para os jovens; 2- incentivar o diálogo entre eleitos, técnicos municipais e jovens ...na procura de soluções para os problemas e anseios na perspectiva dos jovens, de acordo com os recursos disponíveis por município; 3- contribuir para a consciencialização

cívica nos jovens, ajudando a compreender a complexidade dos problemas na gestão pública, a limitação de recursos financeiros e a necessidade de tomar opções que favoreçam o presente e futuro de todos os jovens. Fomentar competências e práticas de participação...; 4- Promover o exercício de uma cidadania ativa e participativa junto dos jovens e 5- aumentar a transparência da atividade da autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para aprofundar a democracia.

As propostas devem enquadrar-se nas seguintes áreas temáticas (ponto 4 do artigo 7): a) ecologia, ambiente e energia; b) solidariedade e coesão social ; c) equipamentos (melhoria ou reparação de equipamentos desportivos culturais, sociais, etc); d) espaços públicos; e) cultura, património cultural e natural; f) trêncito, mobilidade, acessibilidade e segurança rodoviária; g) turismo, comércio e dinamização da produção local; h) desporto, saúde e bem-estar; i) educação e formação; j) emprego e empreendedorismo; k) participação cívica, voluntariado e inclusão social e diálogo intergeracional”

De referir que esta é uma das muitas formas existentes para o envolvimento/participação dos jovens nas dinâmicas, decisões e soluções para os problemas/necessidades do Concelho. Apesar de ser a primeira vez que esta iniciativa decorreu e, de terem sido apresentadas propostas muito pertinentes, considera-se que uma vez mais se refletiu a falta de participação ativa por parte dos jovens do Concelho nas dinâmicas locais. A falta de informação não deveria ser um dos motivos, pois esta iniciativa foi divulgada nas redes sociais e página do Município, sendo atualmente o meio privilegiado de divulgação de informação. Outra justificação poderá ser a de que muitos jovens se encontram a estudar e/ou residir fora do Concelho e há uma falta de ligação destes ao mesmo.

SWOT – Fraca adesão/envolvimento dos Jovens nas dinâmicas do Concelho

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> - Boa cobertura de estabelecimentos de ensino e de infra-estruturas de natureza lúdica, recreativa e cultural no Concelho (AEA, Coro Etnográfico de Almeida, Associações Recreativas, IPSS's, Agrupamento de Escuteiros, Clubes Desportivos (Futebol, Atletismo, Zumba, Takendo), Escola de Bombeiros, Associações de Pais, GNR- Núcleo Escola Segura, Parques Infantis e Polidesportivos nas freguesias - Existência de pontual de jovens com dinamismo - Dinâmicas promovidas pela Câmara na área da infância/juventude (Acção Social Escolar, A.A.A.F. – Pré-Escolar, C.A.F.- 1º Ciclo, Programas de Férias, Cartão Jovem, Bolsas de Estudo) - Disponibilização de infraestruturas municipais de natureza social, cultural, recreativa e desportiva (Pavilhões Gimnodesportivos, Piscinas Municipais, Espaço Internet, Picadeiro, Biblioteca Municipal, Casa da Juventude) - Conselho Municipal de Educação - CPCJ de Almeida - Orçamento Participativo jovem da Câmara Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> - Associativismo- pouca articulação nas instituições e pouco envolvimento dos jovens - Pouca rentabilização de recursos físicos no Concelho (Piscinas, Património, Transporte das Associações) - Despovoamento/ Dispersão geográfica - Baixa taxa de natalidade/Falta de crianças e/ou jovens - Falta de incentivos à fixação de população no Concelho - Fraca adesão de valorização dos recursos educativos, sociais, culturais, desportivos e recreativos existentes - Pouca atratividade económica do Concelho - Envelhecimento - Falta de iniciativas de empreendedorismo jovem
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Proximidade com Universidade da Beira Interior e IPG (Estágios, cursos e qualificação de recursos humanos) - Parcerias intermunicipais - Portugal 2020 - Aproveitar os fundos comunitários 	<ul style="list-style-type: none"> - Portagens nas autoestradas mais próximas A23 e A25 – dificultam a presença assídua dos jovens do Concelho que estudam fora - Envelhecimento populacional - Dificuldade no acesso aos meios de transporte públicos

Capítulo 5– Desconhecimento da população acerca dos direitos de saúde e dificuldade na intervenção com portadores de doença mental

É de extrema importância lembrar que assistimos ao progressivo envelhecimento e desertificação do Concelho, e que os munícipes com mais de 65 anos são os que apresentam maior dificuldade no acesso aos vários serviços, nomeadamente aos de saúde. Esta dificuldade justifica-se também pela insuficiente rede de transportes públicos e por outro, pela idade avançada e conseqüente dificuldade de locomoção. Neste sentido, os munícipes, têm desde dezembro de 2018 uma rede de transportes disponíveis no Concelho- o **almeidasim**, tal como já anteriormente referido neste documento. O custo de cada viagem tem o valor simbólico de 1 Euro.

A distância é visível também no acesso aos serviços farmacêuticos, uma vez que no Concelho existem apenas duas farmácias, 1 em Almeida e 1 em Vilar Formoso, o que se reflete em 0,3 farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes.

No ano de 2017/2018 existia uma média de 2,5 médicos por 1000 habitantes. No Concelho de Almeida, verificava-se no ano de 2019 (dados até novembro de 2019), um total de 6 médicos.

De referir que, no Concelho de Almeida, no ano de 2019, de um total de 7053 utentes inscritos na UCSP de Almeida, se verificou que 6499 tinham médico de família e 394 não tinham. Destes 394 utentes sem médico de família verificava-se que 160 não tinha por opção.

A inexistência de especialidades médicas (Serviço Nacional de Saúde) torna-se outro problema neste Concelho, na medida em que o hospital mais próximo (Guarda) se situa a cerca de 40 km de distância e as dificuldades de mobilidade surgem novamente como um entrave para a população idosa que tem que se deslocar à capital de distrito para ter acesso a consultas de especialidade médica, mas também para realização de exames complementares de diagnóstico.

Um equipamento de extrema relevância no Concelho para o tratamento de doenças do aparelho respiratório, doenças da pele, doenças reumáticas e músculo-esqueléticas, bem como da promoção do bem-estar e combate ao stress é o novo Complexo Termal das Termas da Fonte Santa, inaugurado em 2009. As águas minerais do Complexo Termal de Almeida brotam nas escarpas dos montes que formam o vale por onde corre o Rio Côa a uma altitude de 560m, a cerca de 3,5 km a noroeste da Vila de Almeida. O complexo é constituído por uma área de tratamentos (Balneoterapia),

sauna, banhos turcos, gabinetes de massagem e uma área médica constituída por sala de espera secretaria médica, gabinete médico e gabinete do Director clínico. O quadro seguinte apresenta-nos alguns dados sobre os tratamentos realizados nas Termas da Fonte Santa de Almeida.

Quadro nº 16 – Termas da Fonte Santa – Almeida

Modalidade	Ano 2015	Ano 2019
SPA (Bem-Estar)	1493	1009
Balneoterapia	401	332
Total	1894	1341

Fonte: Câmara Municipal de Almeida – dados relativos ao ano de 2015 e 2019

Verifica-se assim que, de entre as modalidades disponíveis nas Termas da Fonte Santa, aquela em que se regista maior adesão é, ao nível do SPA (Bem Estar) com 1009 frequentadores e 332 ao nível de balneoterapia. Podemos também concluir que, de 2015 para 2019 houve um decréscimo no número de frequentadores das Termas, quer ao nível de modalidade de SPA (menos 484) e balneoterapia (menos 69).

A problemática identificada ao nível da saúde no Workshop Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV, assenta em duas situações, por um lado, no desconhecimento da população sobre os seus direitos de saúde e por outro, nas dificuldades sentidas pelas equipas multidisciplinares ao nível da intervenção junto dos portadores de doença mental.

Quanto ao desconhecimento por parte da população acerca dos seus direitos na área da saúde, pode justificar-se também por cerca de 57,8% da população do Concelho se situar na faixa etária dos 65 ou mais anos de idade, verificando-se que alguns destes idosos não frequentaram estabelecimentos de ensino, não sabem ler nem escrever e os que frequentaram a escola, têm maioritariamente baixas qualificações académicas. Por outro lado, não utilizam os novos meios de divulgação de informação, via online. O isolamento que alguns vivenciam, dificulta também a circulação de informação. As dificuldades de mobilidade sentidas por alguns idosos não permitem também a constante deslocação aos serviços da UCSP de Almeida e Extensão de Saúde de Vilar Formoso. Neste seguimento, seria importante haver uma aproximação por parte desta

entidade aos habitantes do Concelho, através de maior envolvimento dos parceiros da Rede Social, nomeadamente Juntas/Uniões de Freguesias ao nível da colaboração /articulação para deslocação dessa entidade de saúde, às freguesias/localidade do Concelho a fim de ser prestada informação *in loco*, acerca dos direitos que estes possuem. Neste contexto, importa referir também a necessidade que já é sentida há algum tempo em relação à criação de uma Unidade Móvel de Saúde, com equipa multidisciplinar que permita maior aproximação à população do Concelho.

A outra problemática incide na dificuldade sentida por parte das equipas multidisciplinares ao nível do acompanhamento/encaminhamento de pessoas portadoras de doença mental. Pode referir-se que as dificuldades são de várias ordens, nomeadamente ao nível clínico em conseguir que estes doentes realizem medicação corretamente, não associem consumos à medicação e que cumpram qualquer proposta, inclusivamente ao nível de comparência em planos de consultas definidos. Para além dessas, surgem outras dificuldades ao nível da intervenção social, uma vez que os Técnicos desta área se deparam com situações de carência socio-económica, carências habitacionais, degradação ou inexistência das relações familiares, devido à doença e conflitos que surgem por vezes associados, e conseqüentemente inexistência e/ou falta de suporte familiar, fracos ou ausência de hábitos de higiene pessoal e/ou habitacional e dificuldade em manter uma atividade profissional regular.

Quando não há condições para o doente mental permanecer no seu espaço habitacional, coloca-se uma outra dificuldade, ao nível do processo de institucionalização, ou porque o doente não aceita ou ainda, porque as instituições direcionadas para esta problemática são escassas ou inexistentes. No Distrito da Guarda, os Técnicos deparam-se com esta dificuldade, uma vez que não há respostas suficientes para a procura sentida. Mais concretamente ao nível do Concelho de Almeida, são acompanhados vários casos desta ordem, sendo que os Técnicos se deparam com estas questões frequentemente.

De referir que na UCSP de Almeida existem atualmente cerca de 150 utentes que apresentam perturbações mentais.

Quanto à legislação e, de acordo com a Lei da Saúde Mental, publicada pela Lei nº36/98 de 24 de julho podemos referir que a mesma é antiga, mas tem sido alvo de algumas alterações, nomeadamente a Lei nº10/99 de 26 de Julho e a Lei nº49/2018 de 14 de Agosto, com a criação do Regime Jurídico do Maior Acompanhado.

De acordo com o número 1 artigo 2º da Lei da Saúde mental (versão atualizada) a proteção da saúde mental efetiva-se através de medidas que contribuam para assegurar o equilíbrio psíquico dos indivíduos, para favorecer o desenvolvimento das capacidades envolvidas na construção da personalidade e para promover a sua integração crítica no meio social em que vive” e 2- “As medidas referidas no número anterior incluem ações de prevenção primária, secundária e terciária da doença mental, bem como as que contribuam para a promoção da saúde mental das populações”.

De referir que nos casos em que os doentes careçam de reabilitação psicossocial, “a prestação de cuidados é assegurada, de preferência, em estruturas residenciais, centros de dia e unidades de treino e reinserção profissional, ineridos na comunidade e adaptados ao grau específico de autonomia dos doentes” (alínea d) do artigo 3º).

No artigo 8º da mesma lei, são referidos os princípios gerais do internamento compulsivo. “O internamento compulsivo só pode ser determinado quando for a única forma de garantir a submissão a tratamento do internado e finda logo que cessem os fundamentos que lhe deram causa” (ponto 1). De referir que, “o internamento compulsivo apenas pode ser determinado se for proporcionado ao grau de perigo e ao bem jurídico em causa” (ponto 2).

Para o internamento ser determinado pressupõe-se e de acordo com o ponto 1 do artigo 12º que, “o portador de anomalia psíquica grave que crie, por força dela, uma situação de perigo para bens jurídicos, de relevante valor, próprios ou alheios, de natureza pessoal ou patrimonial, e recuse submeter-se ao necessário tratamento médico pode ser internado em estabelecimento adequado” e ainda no ponto 2 – “pode ainda ser internado o portador de anomalia psíquica grave que não possua o discernimento necessário para avaliar o sentido e alcance do consentimento, quando a ausência de tratamento deteriore de forma acentuada o seu estado”. A legitimidade para requerer o internamento compulsivo é do representante legal do menor, o acompanhante de maior quando o próprio não possa, pela sentença, exercer direitos pessoais, qualquer pessoa com legitimidade para requerer a instauração do acompanhamento, as autoridades de saúde pública e o Ministério Público” (ponto 1 do artigo 13º).

Recentemente foi criado o regime jurídico de maior acompanhado, através da lei acima referida - Lei nº49/2018 de 14 de Agosto, eliminado os institutos da interdição e inabilitação. O acompanhamento é decidido pelo Tribunal, após audição pessoal e direta do beneficiário e ponderadas as provas ponto 1 do artigo 139º). O acompanhamento do

maior “visa assegurar o seu bem-estar, a sua recuperação, o pleno exercício de todos os seus direitos e o cumprimento dose seus deveres” (ponto 1 do artigo 140º).

Segundo, o nr.1 do artigo 143º “o acompanhante, maior e no pleno exercício dos seus direitos é escolhido pelo acompanhado ou pelo seu representante legal, sendo designado judicialmente”, sendo atribuído ao acompanhante pelo Tribunal algum ou alguns dos regimes seguintes: “a) Exercício das responsabilidades parentais ou dos meios de as suprir, conforme as circunstâncias: b) representação geral ou representação especial com indicação expressa, neste caso, das categorias de atos para que seja necessária; c) administração total ou parcial de bens; d) autorização prévia para a prática de determinados atos ou categorias de atos; e) intervenções de outro tipo, devidamente explicitadas”.

Swot- Desconhecimento da população acerca dos direitos de saúde e dificuldade na intervenção com portadores de doença mental

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">- Num universo de 7053 inscritos no C.Saúde, existem apenas 394 utentes sem médico de família e 160 por opção- Bombeiros Voluntários- Cruz Vermelha Portuguesa- Laboratórios de Análises Clínicas (público e privado) a funcionarem diariamente nos dias úteis e em V. Formoso também ao Sábado- Termas da Fonte Santa (Saúde e Bem Estar)- Boa rede viária interna	<ul style="list-style-type: none">- Envelhecimento da população e consequentemente aumento de doenças crónicas e limitação/incapacidade- Falta de transportes para deslocações nas instituições de Saúde- Falta de Unidade Móvel de Saúde com uma equipa multidisciplinar- Inexistência de algumas especialidades médicas no Concelho- Inexistência de alguns equipamentos e meios auxiliares de diagnóstico- Forte incidência de doenças associadas à velhice- Saída de jovens- Baixa taxa de natalidade- Progressivo despovoamento- Distância para hospital Distrital- Dificuldade de mobilidade dos idosos
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">- Fundos Europeus- Proximidade da Universidade da Beira Interior (Faculdade de Medicina)- Proximidade da Escola de Enfermagem da Guarda- Proximidade com Espanha – possibilidade de recrutamento de médicos espanhóis	<ul style="list-style-type: none">- Portagens nas portagens A23 e A25- Interioridade- Poucas respostas institucionais para os portadores de doença mental

METODOLOGIA

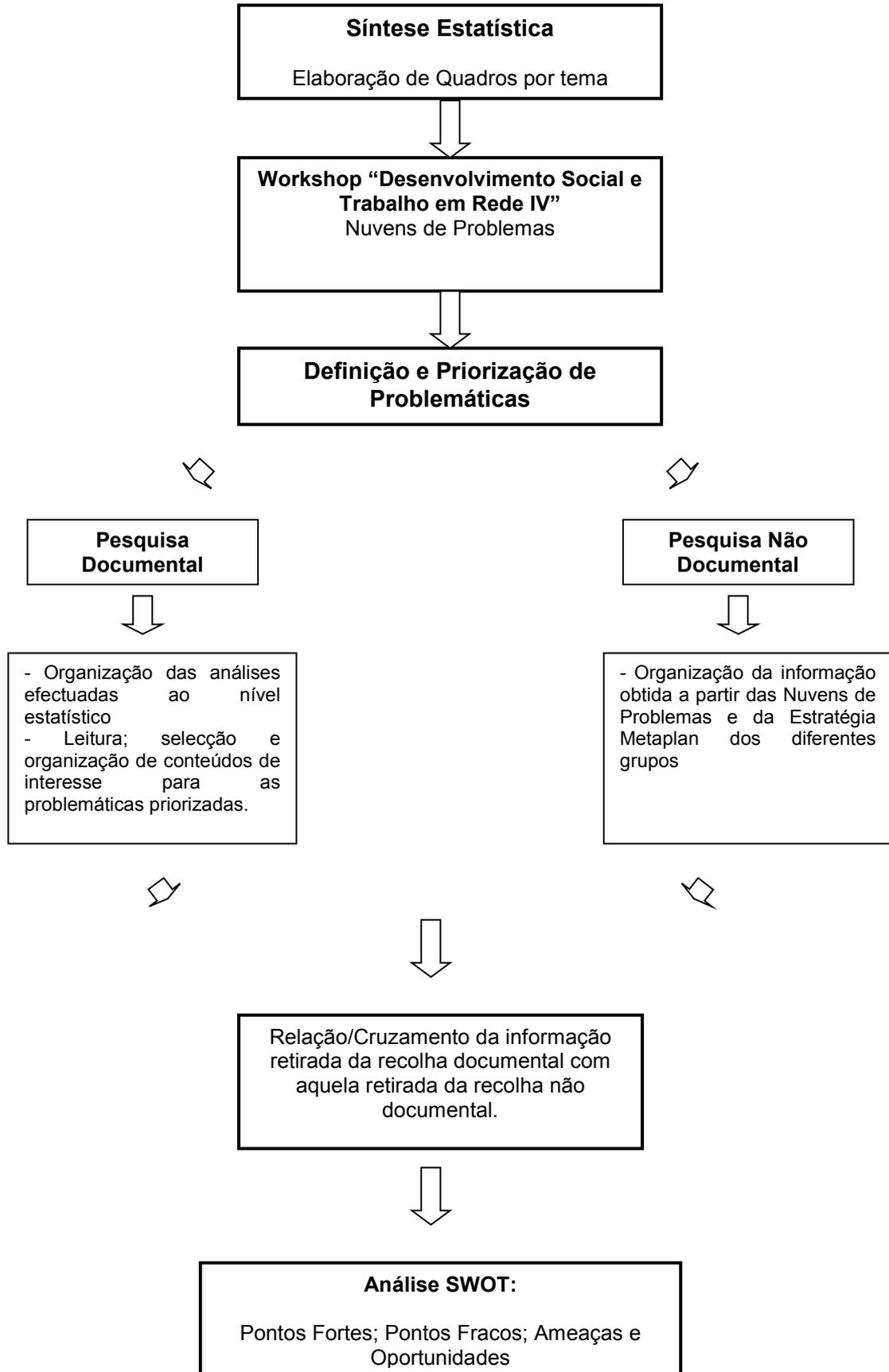
O ponto de partida do Diagnóstico Social assentou numa síntese dos principais indicadores por tema, através da elaboração de quadros e tabelas com os dados estatísticos disponíveis em relação ao Concelho.

A etapa seguinte foi a de realização de um Workshop “Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV”, com os parceiros da Rede Social, bem como outras entidades relevantes do concelho de Almeida, de modo a auscultar os representantes de diferentes entidades relativamente aos problemas das freguesias, em particular e do Concelho em geral, tendo como objectivo identificar algumas problemáticas prioritárias sobre as quais deveria incidir a atualização do Diagnóstico Social.

A dinâmica de funcionamento desta sessão assentou na utilização da metodologia participativa. Assim, a metodologia utilizada neste workshop foi a *Nuvem de Problemas*, técnica de visualização utilizada para a realização de diagnósticos participados que facilita a obtenção de visões partilhadas das situações e a estratégia *Metaplan*, método para a selecção de prioridades.

Após a definição e respetiva prioridade das problemáticas, cada uma delas constitui um capítulo que foi desenvolvido através do cruzamento estatístico de dados apresentados na síntese de dados estatísticos em relação aos principais indicadores por tema, na primeira parte deste documento.

Em cada capítulo é feita a análise da problemática, introduzindo também dados estatísticos, sempre que existam e finaliza com uma síntese – análise Swot.



BIBLIOGRAFIA

- Anuário Estatístico da Região Centro, 2017 – Instituto Nacional de Estatística
- Anuário Estatístico da Região Centro, 2018 – Instituto Nacional de Estatística
- IDANÉZ, Maria José Aguilar e ANDER-EGG, Ezequiel, Diagnóstico Social, conceitos e metodologias, 3ª edição revista e ampliada, Penagráfica Artes Gráficas, Lda., Versão Portuguesa – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Porto, 2007
- Pilar Europeu dos Direitos Sociais, Parlamento Europeu, Concelho da União Europeia e Comissão Europeia, 2017
- Censos 1991 – XIII Recenseamento Geral da População – Instituto Nacional de Estatística
- Censos 2001 – XIV Recenseamento Geral da População – Instituto Nacional de Estatística
- IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social (2001), *Programa Rede Social – Núcleo da Rede Social*, Lisboa
- ISS – Instituto da Segurança Social, IP (2004) *Guião Prático para a Implementação da Rede Social*, Lisboa
- ISSS – Instituto de Solidariedade e Segurança Social (2003), *Plano de Desenvolvimento Social – Núcleo da Rede Social*, DIC – Departamento de Investigação e Conhecimento, Lisboa
- Censos 2011 – Resultados Preliminares – Instituto Nacional de Estatística

FONTES

- Câmara Municipal de Almeida
- Centro Distrital da Segurança Social da Guarda
- Centro de Saúde de Almeida
- Site do IEFP
- Site do Ministério da Educação
- Agrupamento de Escolas de Almeida
- INE – Info-line
-

LEGISLAÇÃO

- Aviso nº 8967/2009, nº 85 da 2ª série do Diário da República de 4 de Maio de 2009 – Regulamento do Cartão Social Municipal
-

Diagnóstico Social do Concelho de Almeida

- . Aviso nº 11906/2009, nº 128 da 2ª série do Diário da República de 6 de Julho de 2009 – Gabinete de Psicologia
- . Aviso nº 8965/2009, nº85 da 2ª série do Diário da República de 4 de Maio de 2009 – Cartão Jovem Municipal
- . Aviso nº8839/2010, nº 86 da 2ª série do Diário da República de 4 de Maio de 2010 – Regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do Ensino Superior

ANEXOS

WORKSHOP “Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV” – 14/06/2019

Lista de presenças

- Câmara Municipal de Almeida – José Alberto Morgado; Alcino Morgado; João Patornilo; Fernanda Cruz; Maria José Loureiro
- Ministério da Educação - Agrupamento de Escolas de Almeida – Joaquim Pedroso
- Centro de Saúde de Almeida – UCSP –Fátima Cláudia Gonçalves; Alexandra azevedo
- Centro de Acolhimento e Integração Social – Maria Gorete Santos
- RLIS- Ana Patornilo
- Centro Lúdico, Cultural e Social de Vilar Formoso – Fernanda Lopes
- Santa Casa da Misericórdia de Almeida – Sílvia Saraiva
- Associação Recreativa Social Valdamulense – Ana Paula Patrício
- Associação dos Amigos de Peva – Cátia Pocinho
- Associação Desportiva e Social de Leomil – Laurinda Luzio
- ASTA – Andreia Cordeiro; Cecília Leonor; Sandra Ladeiro
- Centro Social do Rio Seco – Catarina Leitão Morgado
- Associação Desportiva e Social de Leomil – Laurinda Luzio
- Associação Cultural e Social “Conheça a sua Aldeia o Freixo” – Luís Morgado
- Centro de Bem estar Social de Malhada Sorda – Vanessa Lavrador
- G.N.R. – José Luís Santos; Miguel Rico
- Cruz Vermelha Portuguesa- Delegação de Vilar Formoso – Acácio Alves
- Junta de Freguesia de Almeida- Maria de Fátima Nunes Gomes
- União das Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira – Luís Fonseca
- União das Freguesias de Azinhal, Peva e Valverde- Aguinaldo Martins

**WORKSHOP “Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede IV” –
14/06/2019**

Diagnóstico Social

Problema	Votação (nº cores)
1- Envelhecimento e despovoamento/dispersão geográfica e desadequação das respostas sociais para idosos à realidade	9
2- Fraco envolvimento/participação na dinâmica sócio-cultural do Concelho	13
3— Fraco dinamismo económico e insuficientes oportunidades de emprego	12
4- Fraca adesão/envolvimento dos jovens nas dinâmicas do Concelho	11
5- Falta de informação da população acerca dos seus direitos de saúde e dificuldade na intervenção com portadores de doença mental	8

Obs. Apesar da votação do ponto 1- Envelhecimento e despovoamento/dispersão geográfica e desadequação das respostas sociais para idosos à realidade, ter sido de 9 pontos, por sugestão da Câmara Municipal e, concordância dos parceiros da Rede Social, dado ser um dos maiores problemas do Concelho, foi considerado em primeiro lugar, a nível da priorização das problemáticas sociais do Concelho.